

AGRICULTURA E AGRONEGÓCIOS



Mário Covas

Governador do Estado

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Vice-Governador

André Franco Montoro Filho

Secretário de Economia e Planejamento

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Pedro Paulo Martoni Branco

Diretor Executivo

Amaro Angrisano

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Felícia Reicher Madeira

Diretor Adjunto de Análise Socioeconômica

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor Adjunto de Produção de Dados

Conselho de Curadores

Adroaldo Moura da Silva (Presidente)

Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi

Antonio Márcio Fernandes Costa

Carlos Antonio Luque

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

Hélio Nogueira da Cruz

Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Maria Fátima Pacheco Jordão

Michael Zeitlin

Conselho Fiscal

Caioco Ishiquiriama

Danila Micioni

Sandra Lucia Fernandes Marinho

AGRICULTURA E AGRONEGÓCIOS

Este caderno expõe uma abordagem geral sobre a agropecuária e os agronegócios no Estado, a partir de questões relacionadas com: caracterização dos principais complexos agroindustriais no Estado de São Paulo; transformações da estrutura regional de cultivo; inovações tecnológicas e seus impactos sobre o emprego agrícola; principais modalidades de financiamento para os agricultores; relações de comércio exterior.

Além desses temas, há outros que poderão ser aprofundados oportunamente, como os programas de produtividade e qualidade, formação de recursos humanos para o setor de agronegócios e infra-estrutura para a agropecuária. O tema da infra-estrutura será abordado no Caderno 13 – Ciência, Tecnologia e Telecomunicações e no Caderno 14 – Transportes e Energia, dado que é tema geral para todas as atividades econômicas do Estado.

O caderno está assim estruturado:

- introdução;
- regionalização da estrutura produtiva da agropecuária paulista, com as principais características das sete regiões produtoras definidas (tipo de atividade, valor da produção agropecuária, pessoal ocupado, número e área dos estabelecimentos, padrão tecnológico, agricultura irrigada e estrutura de armazenagem);
- o emprego rural no Estado de São Paulo, com a evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA rural e da demanda da força de trabalho pelas principais culturas nos anos 90; sua interface com as mudanças tecnológicas;
- a agroindústria paulista, com ênfase na sua importância e estrutura no Estado, no porte (tamanho) das empresas, na distribuição geográfica da produção agroindustrial e na qualificação do pessoal ocupado na agroindústria;
- evolução do sistema de crédito convencional e novas formas de financiamento dos agricultores, como o Pronaf, a CPR e o mercado futuro na Bolsa de Mercadorias;
- a reforma agrária, com ênfase no número de assentamentos definitivos e de famílias assentadas, ação dos diferentes órgãos executores, participação dos assentamentos na produção de alguns produtos da agropecuária paulista;
- o item comércio exterior é retomado complementando o da agroindústria, com destaque para o peso dos produtos processados a partir de algumas atividades como a cana-de-açúcar, a laranja, o café e a soja na pauta de exportação do Estado de São Paulo. O destino das vendas da produção agroindustrial paulista também é abordado.

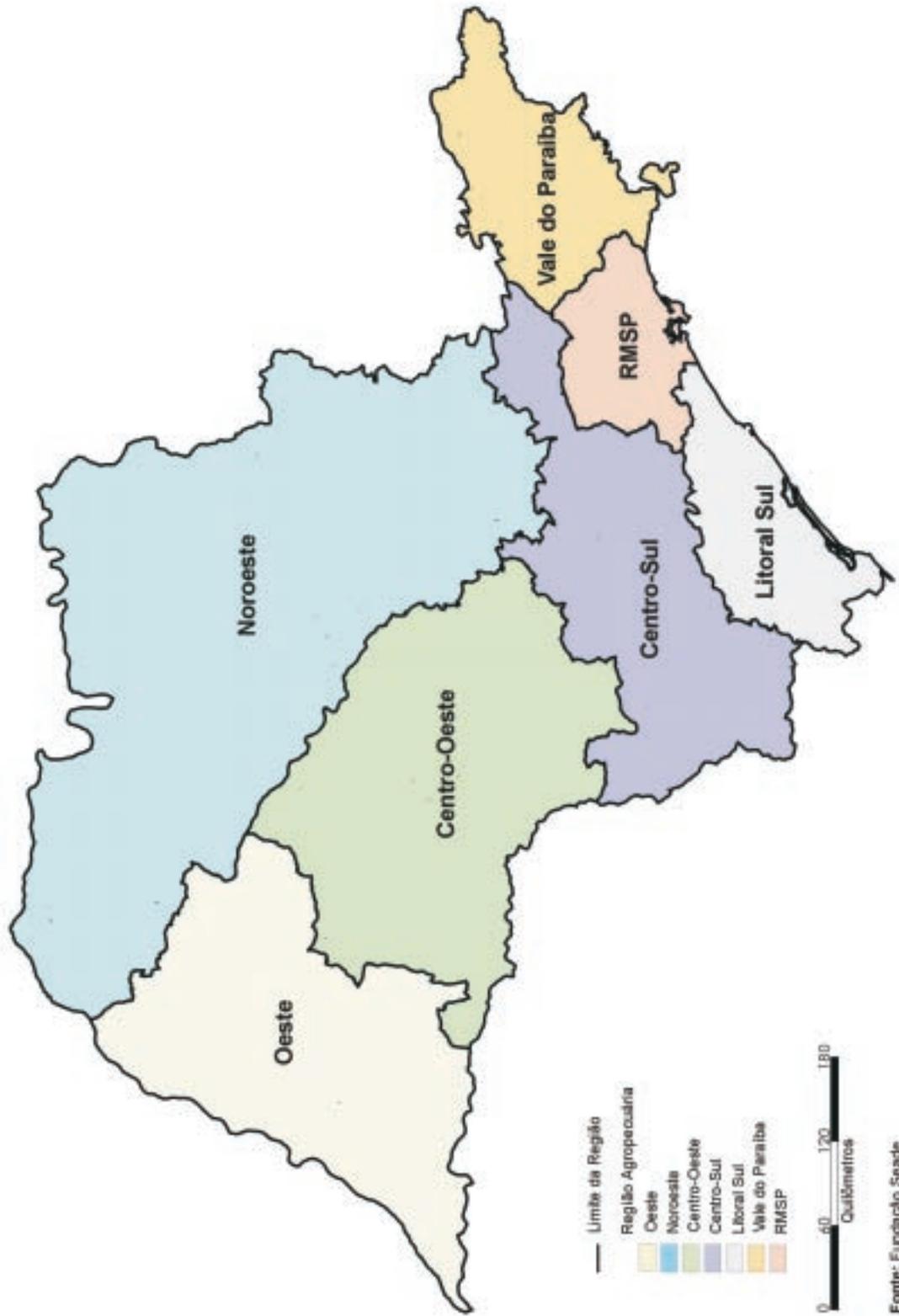
As considerações finais ressaltam as principais questões e desafios na elaboração e gestão de políticas para a agricultura e agroindústria paulista, que podem subsidiar novos projetos e temas a serem aprofundados e pesquisados, de acordo com os interesses do Fórum São Paulo Século XXI.

REGIONALIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA PAULISTA

Para melhor caracterização da agropecuária paulista, pode-se dividir o Estado de São Paulo em sete regiões, a saber:

- Região Oeste (I), englobando as mesorregiões de Presidente Prudente e de Araçatuba. Suas características fundamentais são o predomínio da pecuária de corte como atividade

Mapa 1
Regionalização da Agropecuária Paulista
1999



- agropecuária, a presença de explorações agropecuárias com área média mais elevada e a baixa presença de agroindústrias e de outras atividades industriais.
- Região Noroeste (II), conhecida antigamente como da Mogiana, composta pelas mesorregiões de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba e Campinas. Concentra a agricultura de maior valor comercial do Estado, em particular as atividades dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja.
 - Região Centro-Oeste (III), que engloba as mesorregiões de Bauru, Marília e Assis. A produção de grãos e de café são suas atividades agropecuárias principais e as agroindústrias da região estão voltadas à transformação em óleos e farelos, basicamente.
 - Região Centro-Sul (IV), que reúne as mesorregiões de Itapetininga e Macro-Metropolitana Paulista. Concentra as atividades do cinturão verde do entorno metropolitano e as principais áreas de reflorestamento do Sul do Estado. Também são importantes a pecuária de pequenos animais e a suinocultura.
 - Região Litoral Sul (V), composta pela mesorregião do mesmo nome (Litoral Sul Paulista). Compreende, fundamentalmente, o Vale do Ribeira, de pouca expressão como atividade agropecuária. Os destaques são a produção de banana e algumas outras frutíferas, além do turismo ecológico.
 - Região do Vale do Paraíba (VI), que também compreende a mesorregião do mesmo nome e tem alguma importância como produtora de leite (importante bacia leiteira).
 - Região Metropolitana de São Paulo (VII), que abrange a mesorregião do mesmo nome. É marginal sua participação na produção agropecuária paulista, com exceção de alguns produtos hortícolas.

Principais Atividades Agropecuárias

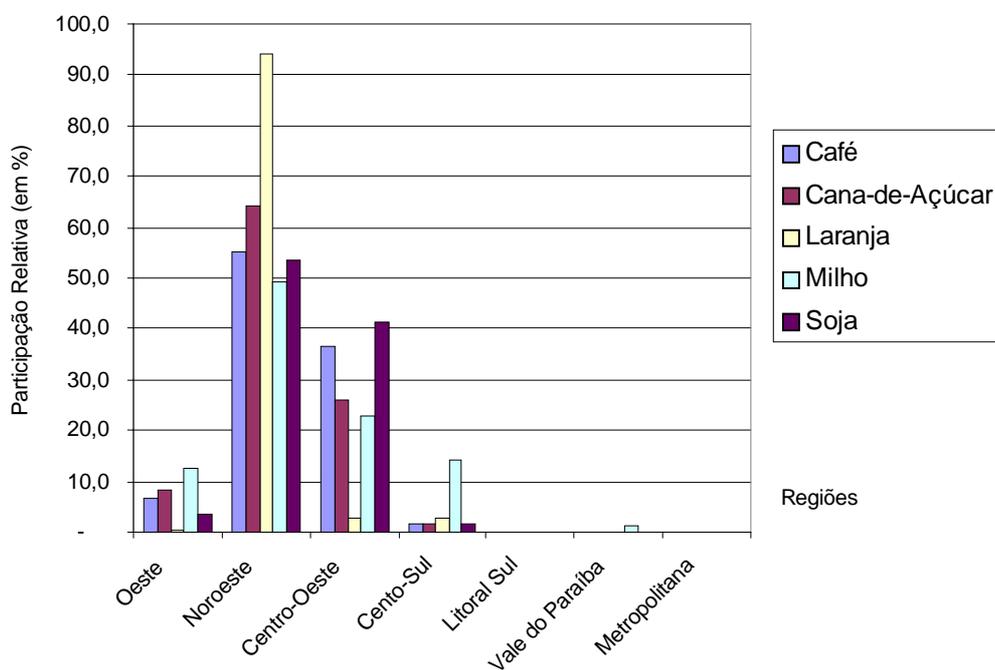
A Região Noroeste é a principal produtora da agropecuária no Estado de São Paulo. Em 1995, ela respondia por 55,1% da produção de café, 64% da produção de cana-de-açúcar, 93,9% da produção de laranja, 49,2% da produção de milho e 53,6% da produção de soja. Agregando-se a produção da Região Centro-Oeste para essas cinco importantes culturas, alcançam-se 90% ou mais da produção total do Estado. Para as demais regiões merecem destaque as participações de 6,8%, 8,3% e 12,6% do Oeste, respectivamente, nas produções de café, cana-de-açúcar e milho, além da participação de 14,0% do Centro-Sul na produção de milho.

Na produção da pecuária a concentração é menor. Apesar de a Região Noroeste continuar sendo a maior produtora paulista de bovinos, suínos, aves e leite, outras regiões também são importantes na produção. São os casos das regiões: Oeste e Centro-Oeste na bovinocultura; Oeste, Centro-Oeste e Centro-Sul na suinocultura; Centro-Oeste e Centro-Sul na avicultura; Oeste, Centro-Oeste, Centro-Sul e Vale do Paraíba na produção de leite. Os Gráficos 1 e 2 revelam a pequena importância das regiões Litoral Sul e Metropolitana na produção dos tradicionais produtos agropecuários.

Área Média e Pessoal Ocupado

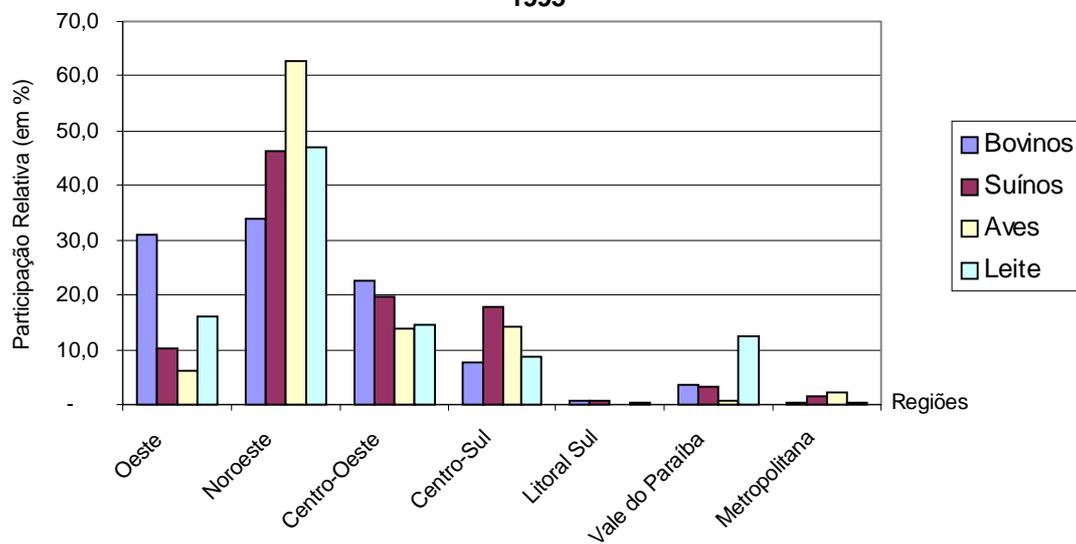
Os dados da Tabela 1 mostram que 42,1% dos estabelecimentos agropecuários, 40,2% da área e 44,5% do pessoal ocupado na agropecuária paulista estão na Região Noroeste; indicam o peso da região no Estado de São Paulo. E agrupam as demais regiões em: Oeste, Centro-Oeste e Centro-Sul, de importância intermediária, cujas participações no número de estabelecimentos, na

Gráfico 1
Participação das Regiões na Produção das Principais Culturas
Estado de São Paulo
1995



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Gráfico 2
Participação das Regiões nos Efetivos de Bovinos, Suínos e Aves e na Produção de Leite
Estado de São Paulo
1995



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

área e no pessoal ocupado são relativamente próximas; e Litoral Sul, Vale do Paraíba e Região Metropolitana com pequenas participações.

Ainda de acordo com a Tabela 1, pode-se notar que a área média dos estabelecimentos no Estado de São Paulo não é alta: 80 hectares. Os maiores estabelecimentos estão nas regiões Centro-Oeste (área média de 108 hectares) e Oeste (área média de 92 hectares), por influência da atividade pecuária. A Região Metropolitana apresenta a menor área média, 27 hectares, com o predomínio de atividades intensivas de olericultura, fruticultura e criação de pequenos animais.

Tabela 1
Número de Estabelecimentos, Área Total, Área Média e Pessoal Ocupado
Estado de São Paulo e Regiões
1995

Estado e Regiões	Estabelecimentos		Área (Mil ha)		Área Média (ha)	Pessoal Ocupado	
	N ^{os} Abs.	%	N ^{os} Abs.	%		N ^{os} Abs.	%
Estado de São Paulo	218.016	100,0	17.369	100,0	80	914.954	100,0
Oeste	38.274	17,6	3.522	20,3	92	126.700	13,8
Noroeste	91.878	42,1	6.990	40,2	76	407.119	44,5
Centro-Oeste	34.678	15,9	3.734	21,5	108	162.067	17,7
Centro-Sul	33.950	15,6	1.788	10,3	53	139.366	15,2
Litoral Sul	6.036	2,8	447	2,6	74	21.987	2,4
Vale do Paraíba	9.639	4,4	790	4,5	82	38.899	4,3
Metropolitana	3.561	1,6	98	0,6	27	18.816	2,1

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Valor da Produção

Segundo o Censo Agropecuário 1995/96, o valor bruto da produção (VBP) agropecuária estadual foi de cerca de 8,4 bilhões de reais, sendo 28,5% originados pela produção animal e 71,5% pela produção vegetal. Do total do VBP, 54,5% concentraram-se na Região Noroeste, devido ao grande peso da região na produção de cana-de-açúcar, laranja e outros produtos importantes. A segunda maior participação foi da Região Centro-Oeste, com 19,1% do total. Juntas, as duas regiões responderam por quase 75% do valor da produção agropecuária.

Tabela 2
Valor da Produção Vegetal e Animal
Estado de São Paulo e Regiões
1995

Estado e Regiões	Valor da Produção					
	Animal		Vegetal		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Estado de São Paulo	2.402.697	100,0	6.009.672	100,0	8.412.369	100,0
Oeste	448.331	18,7	409.386	6,8	857.717	10,2
Noroeste	1.059.235	44,1	3.528.988	58,7	4.588.223	54,5
Centro-Oeste	468.041	19,5	1.142.199	19,0	1.610.240	19,1
Centro-Sul	276.433	11,5	545.636	9,1	822.069	9,8
Litoral Sul	9.646	0,4	114.261	1,9	123.907	1,5
Vale do Paraíba	97.198	4,0	191.109	3,2	288.307	3,4
Metropolitana	43.813	1,8	78.093	1,3	121.906	1,4

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Além da concentração regional, também chama a atenção a grande concentração do VBP em poucos produtos. Segundo informações do Instituto de Economia Agrícola (IEA), apenas cinco produtos – cana-de-açúcar, carne bovina, carne de frango, milho e leite (tipo B mais tipo C) – responderam por 62,1% do total VBP da agropecuária no Estado, sendo que a cana-de-açúcar, isoladamente, foi responsável por 31,1%. Somando-se outros cinco produtos – batata, ovos, laranja para indústria, café beneficiado e tomate – pode-se notar que esse conjunto de dez atividades concentrou 78,6% do total do VBP.

Tabela 3
Participação dos Produtos no Valor Bruto da Produção Agropecuária
Estado de São Paulo
Ano-Safra 1995-96

Produtos	%
Total	100,0
Cana-de-açúcar	31,1
Carne Bovina	12,0
Leite (B+C)	7,2
Carne de Frango	6,1
Milho	5,6
Batata	3,6
Ovos	3,5
Laranja para Indústria	3,4
Café Beneficiado	3,3
Tomate de Mesa	2,7
Soja	2,6
Carne Suína	2,2
Algodão em Carvão	2,0
Laranja de Mesa	1,8
Limão	1,7
Feijão	1,6
Cebola	1,5
Banana	1,5
Tangerina	1,4
Uva Fina de Mesa	1,0
Melancia	0,9
Mandioca	0,8
Amendoim	0,7
Arroz	0,6
Borracha	0,4
Tomate para Indústria	0,2
Casulo	0,1
Trigo	0,1
Sorgo	0,1
Mamona	0,1

Fonte: Instituto de Economia Agrícola – IEA.

No período 1985-97, a participação da agropecuária no valor adicionado (VA) paulista sofreu muitas oscilações, com resultado final de queda: 5,6% em 1985 (a maior de todo o período considerado) e 4,6% em 1997, segundo estimativas da Fundação Seade. As menores participações ocorreram nos anos de 1989 e 1993, sendo que este foi o pior da década de 90 em termos de redução da área cultivada e da quantidade produzida.

Fato que merece ser ressaltado é que essa queda não significa estagnação da agropecuária no Estado de São Paulo, uma das mais modernizadas do país. A queda está associada a vários fatores – significativa redução dos preços das principais *commodities* e maior ritmo de crescimento dos outros setores (indústria, comércio e serviços). Esta fato, por si só, reduz a participação relativa da agropecuária. Deve-se lembrar também que muito do valor gerado na agropecuária é apropriado pela agroindústria (o que se convencionou chamar de participação do agribusiness no valor adicionado e que pode chegar a 35%-40% do total do Estado).

A respeito da queda dos preços agrícolas, recente estudo da Fundação Getúlio Vargas – FGV mostrou que os preços do algodão, arroz, café, açúcar, cebola, feijão, laranja, mandioca, milho e soja caíram, em média, pela metade nos anos 90 em relação à década anterior. A queda do trigo foi ainda maior, mais de 70%. No mesmo período, ocorreu violenta queda na rentabilidade das atividades agropecuárias, que diminuiu quase 40%, em média, quando se compara a renda bruta obtida na primeira metade dos anos 90 com a da primeira metade da década anterior. Pode-se perceber pelos dados da Tabela 4 que, desde meados da década de 80, a tendência de queda dos preços agrícolas recebidos pelos agricultores vem se acentuando no Brasil.

Tabela 4
Varição nos Preços Recebidos pelos Produtores e nas Rendas dos Produtos
Brasil
1981-1995

Produtos	Preços			Renda		
	Período A	Período B	Período C	Período A	Período B	Período C
Algodão	-32,8	-33,3	-55,2	-31,5	-49,2	-65,2
Arroz	-38,2	-17,6	-49,1	-26,8	-19,9	-41,4
Café	7,7	-49,7	-45,8	-13,3	-52,5	-58,8
Açúcar	-43,4	-18,6	-53,9	-27,9	-13,6	-37,7
Cebola	-21,0	-32,8	-46,9	-12,1	-19,6	-29,3
Feijão	-33,3	-26,4	-50,9	-35,4	-9,1	-41,2
Laranja	-15,2	-36,3	-46,0	5,2	-22,3	-18,3
Mandioca	-25,0	-22,2	-41,7	-27,8	-22,0	-43,6
Milho	-29,4	-29,2	-50,0	-21,4	-8,2	-27,8
Soja	-26,4	-35,9	-52,8	-14,0	-24,5	-35,1
Trigo	-35,6	-55,3	-71,2	33,0	-80,5	-74,0

Fonte: Fundação Getúlio Vargas – FGV

Notas: O período A corresponde à variação entre os períodos 1986-90 e 1981-85.

O período B corresponde à variação entre os períodos 1991-95 e 1986-90.

O período C corresponde à variação entre os períodos 1991-95 e 1981-85.

Padrão Tecnológico, Armazenagem e Agricultura Irrigada

O Censo de 1995/96 revela a predominância em São Paulo de uma agricultura de alto padrão tecnológico, que cada vez mais exige trabalhadores com algum nível de instrução. Existe um expressivo segmento moderno, responsável por parcela significativa da produção de lavouras comerciais. Ainda persiste, entretanto, agropecuária tradicional e de baixo padrão tecnológico em algumas regiões produtoras do Estado.

Novamente, a Região Noroeste se destaca, respondendo por 39,8% dos estabelecimentos com irrigação, 55,6% do número de tratores e 53,8% e 46,4%, respectivamente, da capacidade de armazenamento em silos e depósitos (Tabela 5).

Outro destaque na utilização da agricultura irrigada no Estado é a Região Centro-Sul, por englobar grande parte da produção do cinturão verde. A propósito da agricultura irrigada e seus impactos sobre a problemática da água em termos quantitativos e qualitativos, valem alguns comentários.

A água, apesar de ser elemento abundante no planeta, somente 3% do volume de água está na forma doce e, desse total, apenas 1% está disponível para o consumo humano. Em nível global, a água é recurso que dispõe de um dos mais pobres sistemas de manejo e os processos de sua utilização provocam muitos desperdícios. O principal deles ocorre na irrigação, que consome entre 70% e 75% do volume total usado pelo homem, com uma perda de 63%.

Buscando enfrentar as perspectivas de escassez de água, o Estado de São Paulo criou 20 Comitês de Bacias Hidrográficas para gerenciar o uso e a preservação da qualidade e disponibilidade desse recurso. Segundo estudo realizado pela Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, as bacias do Alto Tietê, Capivari, Piracicaba, Jundiá, Mogi-Guaçu, rios Turvo e Grande e do Baixo Turvo/Grande estarão utilizando 100% de seus suprimentos no ano 2010 – situação que pode levar a economia dessas regiões ao colapso. A degradação dos recursos hídricos na Região de Campinas aproxima-se da do Rio Tietê, com 80% dos rios contaminados por resíduos industriais, esgotos domésticos e agrotóxicos. A situação chega a ficar mais crítica no período de inverno, quando a vazão dos rios se reduz.

Tabela 5
Número de Estabelecimentos com Irrigação, Número de Tratores, Capacidade Física de Silos e Depósitos Estado de São Paulo e Regiões 1995

Estado e Regiões	Estabelecimentos com Irrigação		Frota de Tratores		Silos		Depósitos	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Capacidade (1)	%	Capacidade (1)	%
Estado de São Paulo	29.323	100,0	170.573	100,0	3.319	100,0	6.859	100,0
Oeste	2.771	9,4	19.437	11,4	541	16,3	1.040	15,2
Noroeste	11.682	39,8	94.766	55,6	1.785	53,8	3.185	46,4
Centro-Oeste	2.600	8,9	28.971	17,0	585	17,6	1.156	16,9
Centro-Sul	9.290	31,7	19.357	11,3	192	5,8	1.150	16,8
Litoral Sul	161	0,5	1.325	0,8	1	0,0	36	0,5
Vale do Paraíba	906	3,1	3.146	1,8	212	6,4	104	1,5
Metropolitana	1.913	6,5	3.571	2,1	2	0,1	189	2,8

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

(1) Capacidade em mil toneladas.

Para ilustrar melhor as diferenças de padrão tecnológico na agropecuária paulista, são apresentados na Tabela 6, por unidade de área, alguns “indicadores de modernização” relativos ao valor da produção, pessoal ocupado, tratores, bovinos e porcentagem dos estabelecimentos totais que utilizam a técnica de irrigação. Resumidamente, as características das regiões produtoras quanto aos indicadores selecionados são as seguintes:

- Região Oeste: o único indicador que está acima da média do Estado é o número de bovinos por 100 hectares (109 cabeças), indicando uma sensível melhora da pecuária na região. É a que possui atividade com menor VBP por 100 hectares no Estado e também a que menos emprega por unidade de área;

- Região Noroeste: suas marcas são a rentabilidade por unidade de área, bem acima da média estadual, além de ser a região mais mecanizada e modernizada do Estado;
- Região Centro-Oeste: possui características próximas às da Região Oeste, com exceção do VBP por 100 hectares, que é mais elevado devido à maior diversificação da produção, e do número de bovinos por 100 hectares, que é menor e fica próximo da média estadual;
- Região Centro-Sul: a terceira região com maior VBP por 100 hectares; a segunda que mais emprega por unidade de área; e a primeira em porcentagem de estabelecimentos com uso de irrigação, devido à influência das atividades do cinturão verde, além da produção de outras olerícolas (batata, cebola e tomate) e frutas ao redor de Sorocaba. Por ter atividades intensivas, o elevado índice de mecanização (1,08 trator por 100 hectares) não tem contrapartida na baixa necessidade de mão-de-obra por unidade de área;
- Região Litoral Sul: é a região agropecuária mais pobre e de agricultura menos modernizada do Estado. Todos os seus indicadores estão abaixo da média estadual;
- Região do Vale do Paraíba: seu comportamento só é um pouco melhor que o Litoral Sul devido ao peso da pecuária leiteira. Todos os seus indicadores também estão abaixo da média estadual;
- Região Metropolitana: esta região possui características interessantes, que a configuram como o melhor exemplo de desenvolvimento de atividades agropecuárias intensivas, muitas das quais “novas” e que buscam nichos de mercado. Tem o maior VBP por 100 hectares do Estado (2,5 vezes e meia a média estadual); é a que mais emprega por unidade de área (quase quatro vezes a média estadual), apesar de possuir a maior relação de tratores por 100 hectares (3,64 unidades); e é a região que possui a maior relação de estabelecimentos com uso de irrigação sobre o total de estabelecimentos (53,7%).

Tabela 6
Indicadores de Modernização da Agropecuária Paulista
Estado de São Paulo e Regiões
1995

Estado e Regiões	VBP/100 ha (1)	PO/100 ha (2)	Tratores/100 ha (3)	Bovinos/100 ha (4)	Estab. com Irrigação/Total (5)
Estado de São Paulo	48.433	5	0,98	71	13,4
Oeste	24.353	4	0,55	109	7,2
Noroeste	65.640	6	1,36	59	12,7
Centro-Oeste	43.124	4	0,78	75	7,5
Centro-Sul	45.977	8	1,08	53	27,4
Litoral Sul	27.720	5	0,30	17	2,7
Vale do Paraíba	36.495	5	0,40	59	9,4
Metropolitana	124.394	19	3,64	27	53,7

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

(1) Em mil reais. (2) Em pessoas. (3) Em unidades. (4) Em cabeças. (5) Em porcentagem.

Mudança Tecnológica e Emprego Rural

Dois são os grandes temas do emprego no meio rural paulista: o emprego agrícola e o não-agrícola. O ponto central é que apenas as atividades produtivas agrícolas e pecuárias tradicionais não conseguem mais explicar a dinâmica do emprego e da população rural do Estado. É preciso

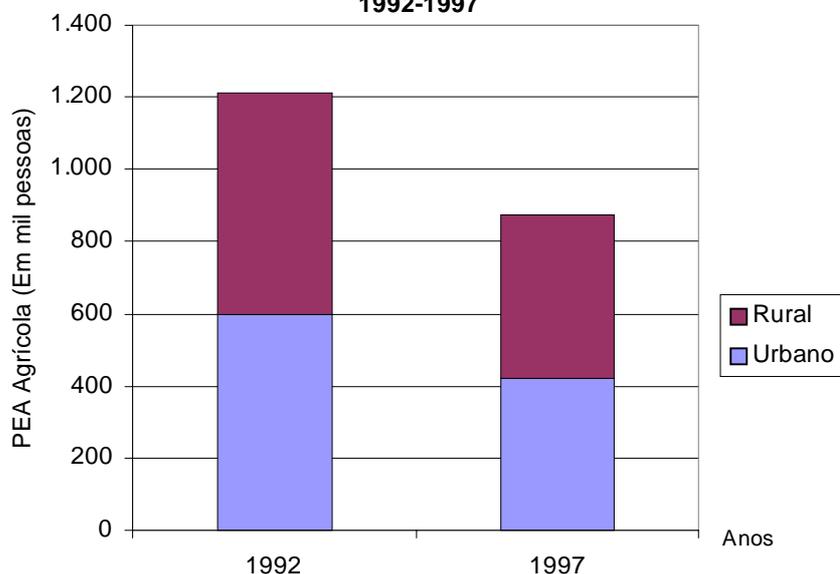
incluir outras variáveis como as atividades rurais não-agrícolas decorrentes da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços) e as atividades de preservação do meio ambiente, além de um conjunto de atividades intensivas (como olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais tipo rã, canários, aves exóticas) que buscam “nichos de mercado” específicos para sua inserção econômica.

Emprego Não-Agrícola

Os dados aqui apresentados dizem respeito ao interior do Estado de São Paulo, entendido como a região do Estado sem a área da Região Metropolitana. O interior do Estado representa mais de 90% da População Economicamente Ativa – PEA com domicílio rural e também mais de 90% da PEA ocupada na agricultura.

Duas observações iniciais são importantes: a primeira é que do total de pessoas ocupadas na agricultura paulista, praticamente 50% têm residência urbana e 50% têm residência rural (ou seja, a queda do emprego também terá fortes efeitos nas cidades, onde residem boa parte dos trabalhadores rurais); a segunda é que do total de pessoas ocupadas com residência rural, mais de 50% já estavam ocupadas em atividades não-agrícolas no ano de 1997 (chama a atenção o ritmo desse processo nos anos 90, pois entre 1992 e 1997 houve clara inversão a favor do emprego rural não-agrícola no Estado de São Paulo).

Gráfico 3
PEA Ocupada na Atividade Agrícola,
segundo o Local de Moradia
Interior do Estado de São Paulo
1992-1997



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O mau resultado para as ocupações agrícolas decorreu da redução do número de pessoas ocupadas nessas atividades no interior do Estado, que passou de 1 milhão e 211 mil, em 1992, para apenas 877 mil, em 1997. Saliente-se que, neste ano, o total de pessoas com domicílio rural e ocupadas em atividades não-agrícolas (459 mil) superou o total ocupado em atividades agrícolas (454 mil pessoas).

O grande desenvolvimento das atividades rurais não-agrícolas e o engajamento da PEA com domicílio rural nessas atividades foi um dos fatores responsáveis pelo crescimento da população rural com 10 anos e mais no Estado de São Paulo nos anos 90 (a taxa foi de 1,3% ao ano entre 1992 e 1997), o que se constituiu em importante alternativa ao tradicional e até pouco tempo intenso processo de êxodo rural.

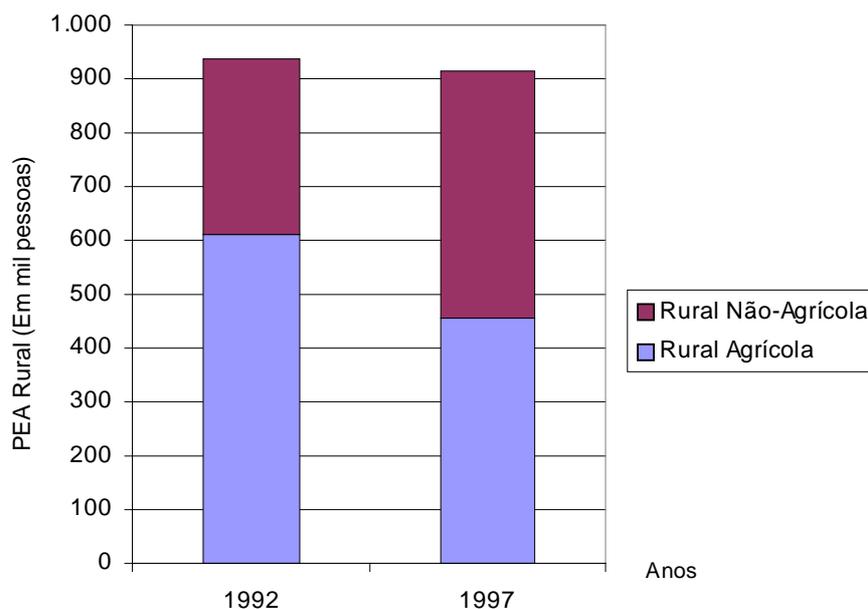
O número de pessoas ocupadas com domicílio rural teve queda de apenas 0,8% ao ano no período 1992-97, comportamento que só não foi pior devido ao excelente desempenho das atividades não-agrícolas, que cresceram 6,6% ao ano no número de pessoas ocupadas, refletindo o aumento destas de 326 mil, em 1992, para 459 mil, em 1997. Já o total de pessoas ocupadas na agropecuária residentes no meio rural teve redução significativa de 5,9% ao ano, valor próximo ao observado para aquelas com residência urbana (6,0% ao ano).

Os dados mostram que houve uma “transferência” em termos de oportunidades de trabalho, mas não de residência, pois as pessoas continuaram residindo no meio rural e trabalhando em atividades não-agrícolas. Isso evidencia a grande capacidade que estas atividades tiveram em oferecer emprego e renda para os desempregados do setor agropecuário paulista.

Os principais ramos de atividade responsáveis pela ocupação da PEA rural em atividades não-agrícolas foram a prestação de serviços, a indústria de transformação, a indústria da construção, o comércio de mercadorias e os serviços sociais. Em 1997, os cinco ramos de atividade mencionados foram responsáveis por 87% do total das ocupações não-agrícolas no interior do Estado de São Paulo.

As principais dinâmicas que influenciam o crescimento de ocupações não-agrícolas no meio rural podem ser assim resumidas:

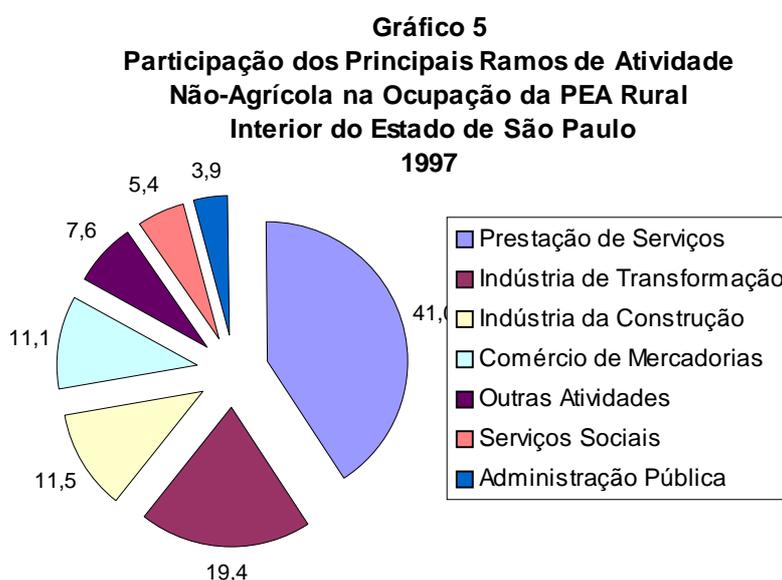
Gráfico 4
PEA Rural Ocupada, segundo o Ramo de Atividade
Interior do Estado de São Paulo
1992-1997



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

- atividades vinculadas à produção agropecuária, principalmente a produção direta de bens e serviços agropecuários e a indireta, relacionada com sua comercialização, processamento e transporte;
- atividades derivadas do consumo da população rural, que incluem a produção de bens e de serviços não-agropecuários, tanto de origem rural quanto urbana e os serviços auxiliares a eles relacionados;
- atividades derivadas da disponibilidade de mão-de-obra excedente no meio rural, que incluem o trabalho em domicílio e o trabalho complementar daqueles que exercem outra atividade não-agrícola remunerada;
- expansão dos serviços públicos no meio rural;
- demanda por terras para uso não-agrícola pelas (agro)indústrias e empresas prestadoras de serviços;
- demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de moradias em áreas rurais situadas nas proximidades das cidades;
- demanda da população urbana de alta renda por áreas de lazer e/ou segunda residência, bem como pelos serviços a elas relacionados;
- consumo não-agrícola da população urbana, que é constituído por bens e serviços realizados no meio rural (artesanato, turismo ecológico, etc.);
- “novas atividades agropecuárias”, que buscam nichos de mercado.

A grande participação do emprego doméstico (setor contido no ramo de prestação de serviços) nas atividades não-agrícolas no meio rural deve-se a três condições distintas e não



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

necessariamente excludentes: a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, no qual os atributos ligados à resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho não-qualificada; o crescimento das moradias de altas rendas nas zonas rurais, como chácaras de fim-de-semana ou condomínios de alto padrão para famílias que procuram qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos; e o crescimento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas mas reside na zona rural em

função das facilidades que encontram para conseguir terreno mais barato, e a ausência de restrições legais para a autoconstrução.

Em resumo, já não se pode caracterizar o meio rural paulista somente como agrário. O comportamento do emprego no meio rural não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas que responde, cada vez mais, pela nova dinâmica populacional do meio rural paulista.

Emprego Agrícola

Uma primeira informação importante é a tendência de queda para o emprego agrícola no Estado de São Paulo. Pode-se notar que a demanda de mão-de-obra vem decrescendo ao longo dos anos 90 e se, nos próximos anos, as modernas tecnologias disponíveis para os agricultores forem incorporadas ao processo produtivo, as estimativas da Fundação Seade para as principais culturas apontam para uma queda de mais 30% no nível do emprego agrícola até o ano de 2005.

Na realidade, essa estimativa é a expressão de um cenário futuro para o emprego agrícola direto nas principais culturas, supondo que todas as atividades estarão adotando as mais modernas tecnologias disponíveis, com destaque para a mecanização das principais operações de cultivo: plantio, tratos culturais e colheita.

O horizonte de 2005 foi escolhido pelo fato de ser o prazo determinado para a mecanização de pelo menos 75% da área cultivada com cana-de-açúcar no Estado, em função do decreto proibindo a queimada dos canaviais. Neste cenário, é importante ter em mente que determinadas culturas (como a cana-de-açúcar e o algodão), em nível tecnológico mais elevado, empregarão menos mão-de-obra, ao passo que outras (como as frutíferas e olerícolas) poderão empregar mais pelo fato de serem intensivas em mão-de-obra. No entanto, dado o peso absoluto de algumas grandes culturas, a perspectiva é de significativa queda do emprego agrícola direto.

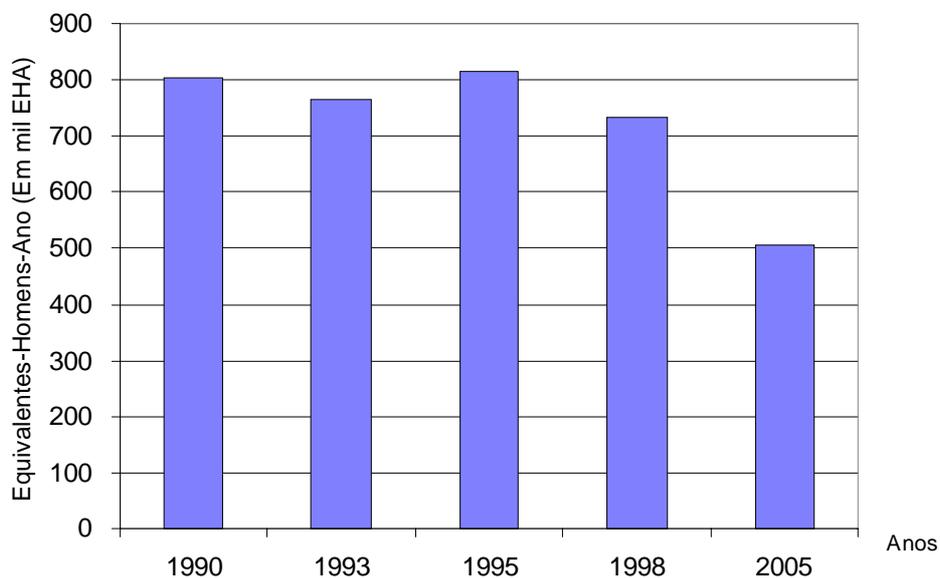
A intensidade da queda no nível global do emprego agrícola tem forte relação com o grau de diversidade da produção agropecuária (e da própria atividade econômica em geral) das regiões do Estado de São Paulo. As regiões mais prejudicadas do ponto de vista da geração de empregos serão aquelas com características de monocultura e fortemente dependentes das culturas de cana-de-açúcar e do algodão. Por outro lado, nas regiões onde há maior diversificação da produção, com o cultivo de frutíferas e olerícolas, o impacto deverá ser menor. O aumento da demanda da força de trabalho agrícola em atividades mais intensivas em mão-de-obra acaba por atenuar o efeito da redução em culturas como a cana-de-açúcar e os grãos e as oleaginosas.

No período 1990-98, a demanda da força de trabalho agrícola esteve concentrada em poucas culturas: cana-de-açúcar, café, laranja, olerícolas e eucalipto, responsáveis por mais de 70,0% do total demandado no Estado.

A cana-de-açúcar tem sido a principal cultura demandadora de mão-de-obra na agricultura paulista. Apesar do impasse em relação ao futuro do Proálcool, o bom desempenho deste, sobretudo na primeira metade da década de 90, deu-se pelo expressivo crescimento da produção de açúcar, impulsionada pelos bons preços internacionais e pela queda na produção de importantes países produtores.

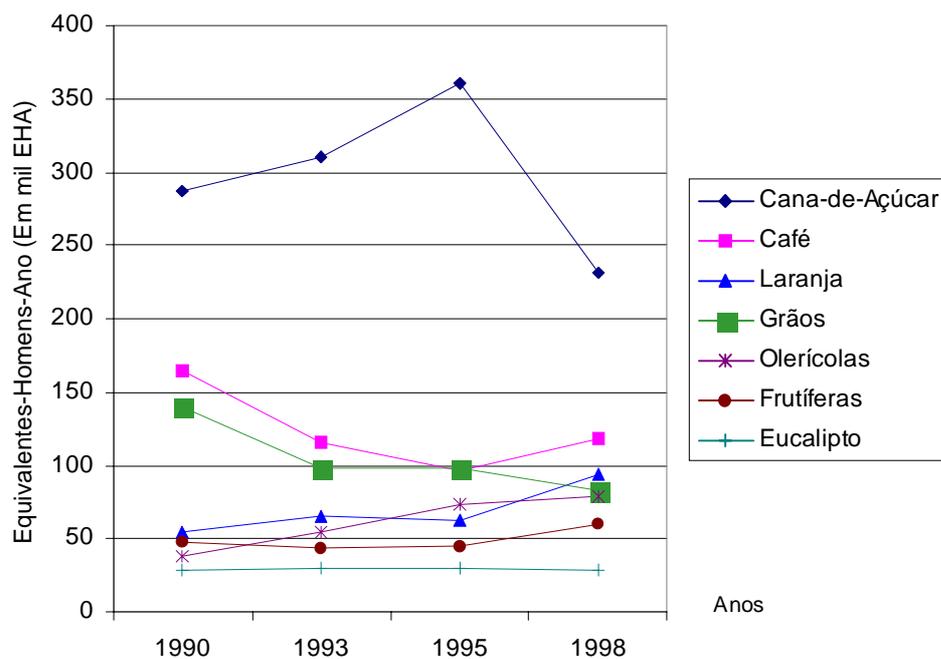
Pelo seu peso na geração de empregos, as mudanças que estão ocorrendo no processo produtivo da cana-de-açúcar devem provocar impactos importantes nas regiões onde é cultivada. Com a proibição da queimada da cana crua, prevista em decreto-lei do governo estadual, a mecanização da colheita deve atingir 100% da área cultivada em solos com declividade compa-

Gráfico 6
Evolução da Demanda da Força de Trabalho para as
Principais Culturas
Estado de São Paulo
1990-2005



Fonte: Fundação Seade – *Sensor Rural*.

Gráfico 7
Evolução da Demanda de Mão-de-Obra para as
Principais Culturas
Estado de São Paulo
1990-1998



Fonte: Fundação Seade – *Sensor Rural*.

tível com esta prática até o ano de 2005. Para os trabalhadores rurais a perspectiva é de queda sensível no nível de emprego, podendo parte deles ser reabsorvida pelo novo sistema de produção. Para os usineiros a meta é aumentar a produção com redução, ou no máximo com a mesma área cultivada atualmente, o que implica a incorporação de novas técnicas e tecnologias no processo produtivo.

Para a sociedade e para o Estado abre-se um espaço importante de proposições para a melhor utilização das áreas que não mais serão aproveitadas com a cana-de-açúcar. Essas proposições devem dar prioridade a atividades que sejam, simultaneamente, boas alternativas de renda para os agricultores e de geração de empregos no meio rural, enquadrando-se numa proposta de agricultura mais sustentada do ponto de vista ambiental.

A laranja também teve desempenho eficiente graças aos bons preços internacionais do suco concentrado no início dos anos 90, quando os produtores receberam os maiores preços pagos por caixa da fruta. No entanto, desde a quebra do contrato-padrão com as indústrias e a queda dos preços, muitos pequenos citricultores estão abandonando a atividade. A incidência de doenças como o cancro cítrico e o amarelinho também tem comprometido a citricultura em várias regiões produtoras do Estado, principalmente onde os produtores não têm condição de investir em seus pomares. Por conseguinte, o aumento da produção paulista de laranja tem sido de responsabilidade dos médios e grandes produtores, juntamente com a produção própria das indústrias de suco, as quais têm tido condições de melhorar sua produtividade.

Outra atividade que teve expressivo crescimento nos anos 90 foi a produção de verduras e legumes, orgânicos ou não, para as redes de supermercados e de *fast-food*, na qual está se tornando comum o cultivo em estufas e pelo método de hidroponia, sistemas de produção altamente intensivos em mão-de-obra. Concentrada no cinturão verde, o expressivo crescimento dessa produção é resposta à grande expansão e diferenciação do mercado consumidor, puxado, em grande medida, pelas redes de *fast-food* e de alguns grandes supermercados que, embora possam se auto-abastecer pela produção integrada, geralmente estabelecem parcerias com os agricultores.

O eucalipto, matéria-prima fundamental para o grande complexo agroindustrial paulista de papel e celulose, apresentou comportamento estável, com pequeno crescimento. Isoladamente, o grupo das frutíferas tem importância apenas regional na ocupação da mão-de-obra agrícola; mas, em conjunto, as culturas de abacaxi, banana, figo, goiaba, maracujá, melancia, pêssego e uva responderam por quase 8% do total da demanda de mão-de-obra. Isso mostra o potencial que a fruticultura tem para a geração de empregos no meio rural, pois trata-se de atividade extremamente intensiva em mão-de-obra. Os contratos de produção com as agroindústrias fabricantes de compotas, doces e sucos, além do próprio aumento do consumo in natura desses produtos, têm permitido a expansão da área cultivada com as frutíferas.

Os grãos e oleaginosas, sem exceção, apresentaram fraco desempenho nos anos 90. As maiores quedas na demanda da força de trabalho agrícola foram registradas nas culturas de algodão, mamona e trigo, sendo que estas apresentam, atualmente, área cultivada pouco expressiva no Estado. As culturas do arroz e do feijão também tiveram grandes reduções na demanda de mão-de-obra. No caso do arroz, o comportamento é explicado pela maior queda registrada para o arroz de sequeiro, normalmente atividade de maior risco e baixa tecnologia empregada no processo produtivo. As menores quedas na demanda da força de trabalho entre os grãos e oleaginosas foram observadas nas culturas de amendoim, milho e soja.

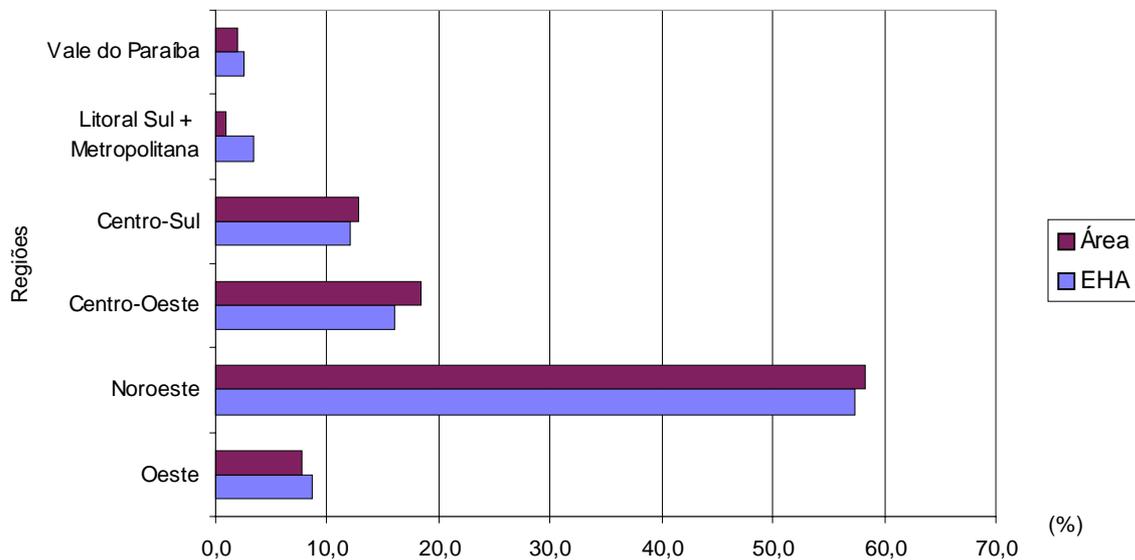
O café registrou o pior desempenho no período entre 1990 e 1995, quando os baixos preços, juntamente com problemas climáticos (geadas) e fitossanitários, fizeram com que muitos agricultores

erradicassem suas plantações. A partir de então, com a melhora dos preços de comercialização, a cultura do café começou a recuperar-se, mostrando mesmo uma reversão na tendência de redução da área cultivada. Hoje, há o replantio de cafezais no território paulista, principalmente na região de Marília, onde merecem destaque o plantio de café adensado e também da variedade robusta. A expansão do plantio adensado nos anos 90 está provocando forte mudança no sistema de produção de café em todo o país. As novas áreas plantadas com essa tecnologia, além de propiciarem grande aumento da produção física, são mais adequadas para a utilização das derriçadeiras a ar comprimido e também das novas colhedoras desenvolvidas para a mecanização da colheita.

A demanda de mão-de-obra esteve, também regionalmente, concentrada no Estado de São Paulo durante os anos 90. Os dados referentes ao peso relativo das sete regiões agropecuárias evidenciam que a Região Noroeste é a principal demandadora da força de trabalho, seguida pelas regiões Centro-Oeste e Centro-Sul. Essas regiões responderam por mais de 70% do total da demanda e da área cultivada com as culturas em 1996, refletindo a própria concentração da produção agropecuária paulista.

Quanto à atividade pecuária, há predominância total da bovinocultura de leite, que, juntamente com a bovinocultura de corte e a reforma de pastagem, respondeu por mais de 90% do

Gráfico 8
Participação das Regiões Agropecuárias na Demanda de Mão-de-Obra
e na Área Cultivada com as Principais Culturas
Estado de São Paulo
1996



Fonte: Fundação Seade – *Sensor Rural*.

total demandado da força de trabalho no setor. Aspecto importante é que, por unidade de área, a atividade de bovinocultura emprega muito menos pessoas em comparação com a maioria das culturas. No entanto, é preciso destacar que os empregos na pecuária, no geral, têm caráter permanente, estando muitas vezes associados com a mão-de-obra familiar.

As atividades de suinocultura e avicultura demandaram menos de 10% do total da pecuária paulista. Apesar de seu efetivo significativamente menor, a avicultura de postura demandou mais

mão-de-obra do que a de corte, por ser atividade bem menos automatizada do que esta, não só em São Paulo, mas também nos demais Estados.

Tabela 7
Demanda da Força de Trabalho Anual na Pecuária
Estado de São Paulo
1997-98

Pecuária	EHA		1998 (%)
	1997	1998	
Total	152.482	156.854	100,0
Reforma de Pastagem (1)	35.632	35.632	22,7
Bovinocultura de Corte (2)	23.545	23.554	15,0
Bovinocultura de Leite (3)	79.714	83.700	53,4
Suinocultura (2)	5.834	5.776	3,7
Avicultura de Corte (2)	2.004	2.002	1,3
Avicultura de Postura (2)	5.753	6.190	3,9

Fonte: Fundação Seade.
EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

Agroindústria no Estado de São Paulo

Importância e Estrutura da Agroindústria Paulista

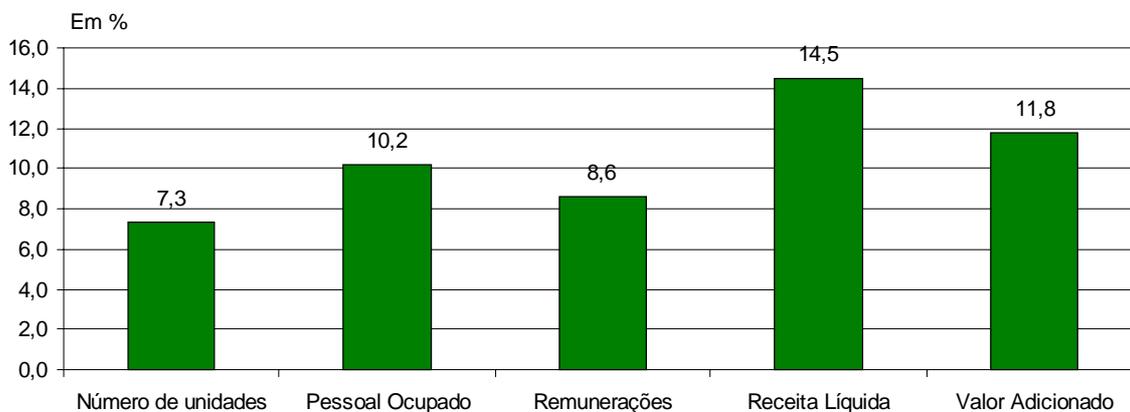
A partir dos dados da Paep, a agroindústria paulista foi dividida em dez ramos de atividade, considerando as ações ligadas ao primeiro processamento de matérias-primas derivadas da agropecuária: carnes, sucos, óleos vegetais, leite, moagem de cereais, cana-de-açúcar, café, fibras têxteis, madeira e celulose e, finalmente, um ramo com as demais agroindústrias, no qual se destacam conservas, fumo e couros.

Esse conjunto de atividades correspondia, em 1996, a 1.879 empresas com atuação no Estado e a 3.579 unidades aqui localizadas (entre sedes, plantas industriais e unidades auxiliares). A agroindústria paulista ocupava diretamente 222.749 pessoas, e gerou no ano de 96 uma receita de cerca de R\$ 23 bilhões e valor adicionado de quase R\$ 9 bilhões. Esses totais representam participação significativa na economia paulista. Em 1996, o conjunto dos ramos agroindustriais gerou um valor de quase 12% do valor adicionado industrial paulista e era responsável por 10,8% do pessoal ocupado. A participação na receita do setor industrial foi um pouco superior (14,5%), o que mostra que, em geral, a agroindústria produz mercadorias com menor valor adicionado que os demais segmentos (Gráfico 9).

Em números de unidades, a maior presença está nos ramos de leite e cana-de-açúcar, moagem de cereais e carnes. No entanto, quando se consideram os demais indicadores – emprego, receita, remunerações e valor adicionado – aparece em primeiro lugar a agroindústria da cana-de-açúcar. Este ramo representa sozinho cerca de 40% do emprego e do valor adicionado da agroindústria paulista de primeira transformação, sendo seguido muito de longe pelos demais ramos agroindustriais (Gráfico 10).

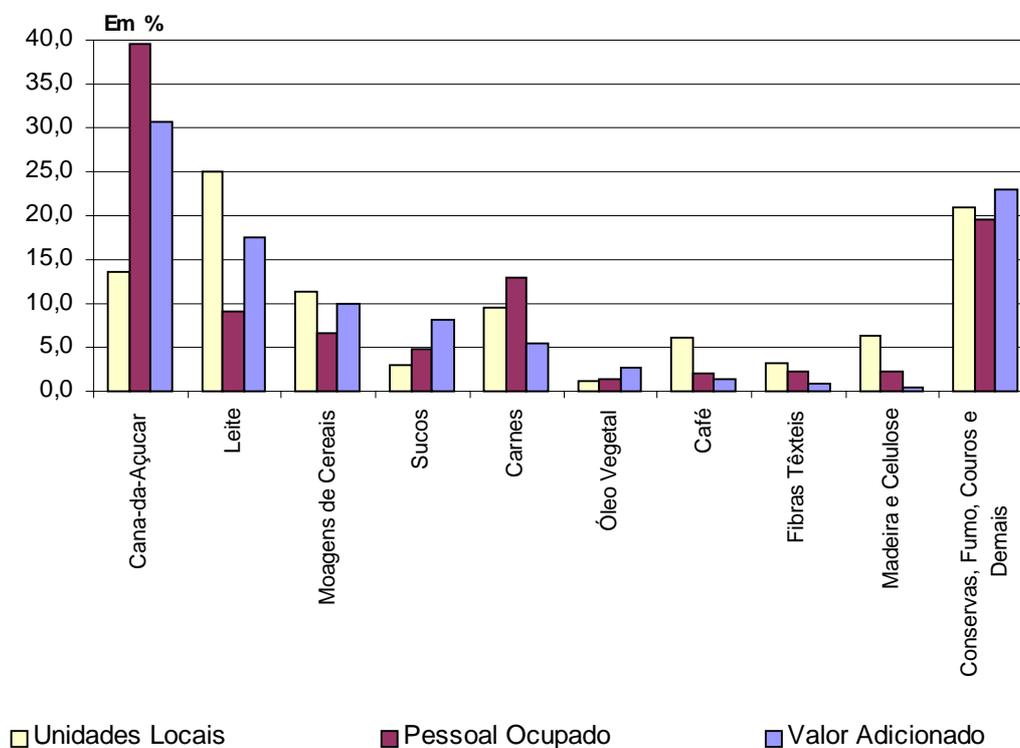
O ramo de leite vem em segundo lugar com elevada contribuição para o valor agregado gerado na agroindústria paulista (17,8%). No entanto, sua participação é bastante inferior em termos de pessoal empregado, o que faz transparecer um processo de trabalho industrial que se utiliza de tecnologias de capital mais intensivo.

Gráfico 9
Importância da Agroindústria
Estado de São Paulo
1996



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

Gráfico 10
Número de Unidades Locais, Pessoal Ocupado e Valor Adicionado
dos Ramos Agroindustriais
Estado de São Paulo
1996



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

O segmento de carnes também merece destaque. A atividade compreende algumas instalações grandes e modernas de abates de aves e bovinos, ao lado de muitos pequenos abatedouros tradicionais. As Unidades Locais – ULs modernas são responsáveis pelos bons indicadores de produtividade do conjunto dos ramos agroindustriais aqui tratados.

Outro segmento que chama a atenção é o do café. No passado, o Estado de São Paulo refletia o poderio do café e as atividades de torrefação tinham parcela importante na manutenção da renda e do emprego. Os dados recolhidos pela Paep mostram a pequena importância que tem hoje a agroindústria do café na economia paulista. Em 1996, as 216 empresas desse segmento empregavam 4.946 pessoas, mas respondiam por apenas 1,3 % do VA.

A agroindústria paulista poderia ser separada em três blocos. No primeiro, estão os segmentos de madeira e celulose, café e fibras têxteis, que se caracterizam por baixos níveis de salários, produtividade e faturamento. No outro extremo, estão os ramos de sucos, óleos vegetais, leite e moagem de cereais, com elevado grau de concentração, alta produtividade e altos salários, em razão de possuírem mão-de-obra mais qualificada. Finalmente, no espaço intermediário, a cana-de-açúcar, carnes e outros ramos, como fumo, couros, conservas e outros.

Perfil da Empresa Agroindustrial em São Paulo

Os indicadores de porte permitem questionar alguns mitos correntes sobre o perfil das empresas agroindustriais. O primeiro deles é com relação ao tamanho do estabelecimento. Normalmente, considera-se que a agroindústria é formada por pequenas empresas. Ao contrário, o peso das médias e grandes empresas (com 100 e mais pessoas ocupadas) é bem maior no segmento agroindustrial que nos demais.¹ Na agroindústria, 22,5% das empresas se enquadram no médio porte contra apenas 8,5% entre as empresas não-agroindustriais (Gráfico 11). As pequenas empresas (com até 99 pessoas ocupadas) abrigam apenas 15% do pessoal ocupado das atividades agroindustriais, enquanto nas demais indústrias esse grupo corresponde a 36% do pessoal ocupado. No extremo oposto, as grandes empresas (500 e mais pessoas ocupadas) correspondem a 57% do pessoal ocupado da agroindústria e tão-somente 36% nas demais indústrias (Gráfico 11).

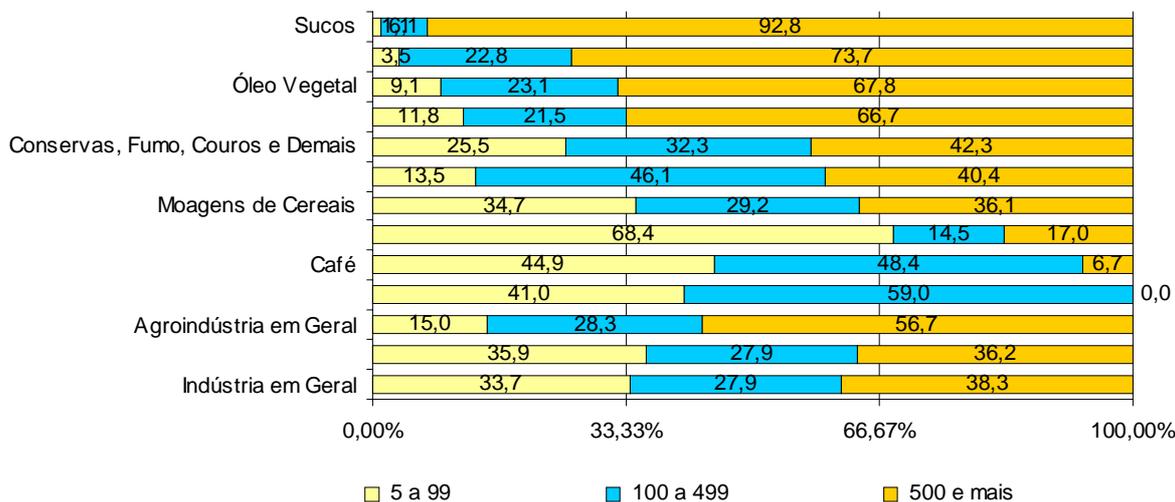
Na mesma direção, a receita por empresa nas agroindústrias é muito superior à obtida para a não-agroindustrial, atingindo valor quase quatro vezes maior que a média das demais indústrias (R\$ 17,8 milhões contra R\$ 4,5 milhões). A empresa agroindustrial também apresenta valor adicionado por pessoa ocupada (R\$ 42.515) e receita por pessoa ocupada (R\$ 110.625) bem superiores aos de outras indústrias, respectivamente R\$ 37.858 e R\$ 81.420.

A maior dimensão das empresas está associada à característica geral da agroindústria de reunir principalmente indústrias de processo. Assim, nos ramos agroindustriais é mais comum a presença de plantas industriais com maior escala de produção. O tamanho médio das plantas agroindustriais é o dobro das demais atividades industriais (Gráfico 12).

O caráter geral da agroindústria – maior peso das grandes empresas e instalações de grande porte – reflete as características dos ramos mais representativos. Na verdade, é grande a heterogeneidade nesse agregado denominado agroindústria processadora. A análise dos dados desagregados pelos dez segmentos mostra um grande dinamismo nos de cana-de-açúcar, leite, óleos vegetais e sucos. Nos segmentos de desdobramento de madeira, café e fibras têxteis, nota-se a predominância de empresas de pequeno porte e baixo valor agregado. É, portanto, fundamental ter em conta a imensa heterogeneidade da agroindústria paulista na hora de propor intervenções do setor público.

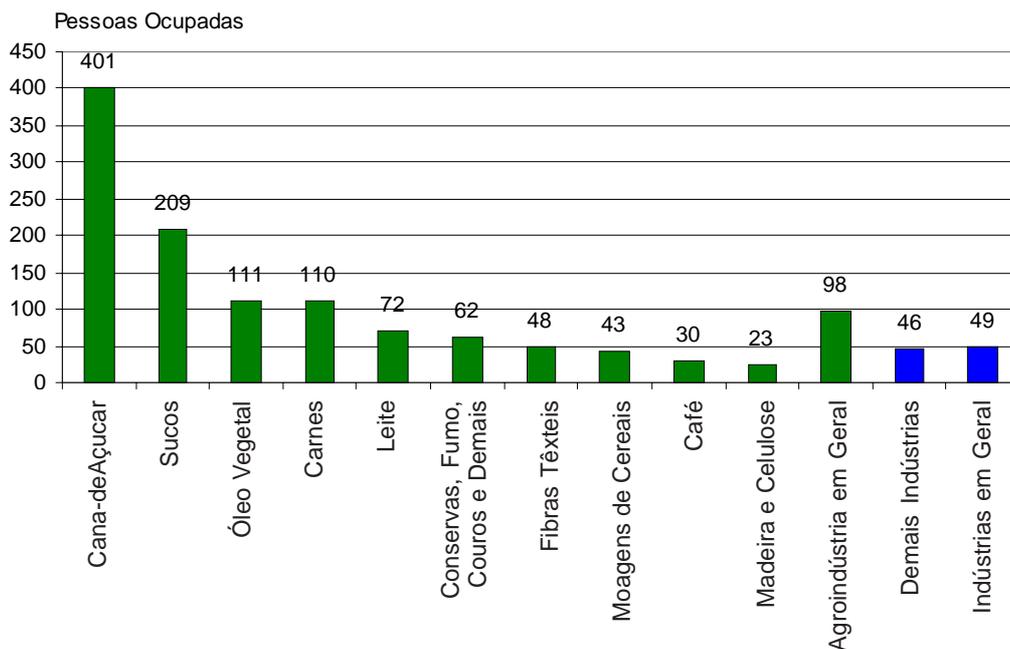
1. A Paep pesquisou as empresas industriais no Estado de São Paulo com cinco e mais empregados.

Grafico 11
Distribuição do Pessoal Ocupado por Porte da Empresa,
segundo Ramos Agroindustriais
Estado de São Paulo
1996



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

Grafico 12
Tamanho médio de Plantas Industriais,
segundo Ramos Agroindustriais
Estado de São Paulo
1996



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – Paep.

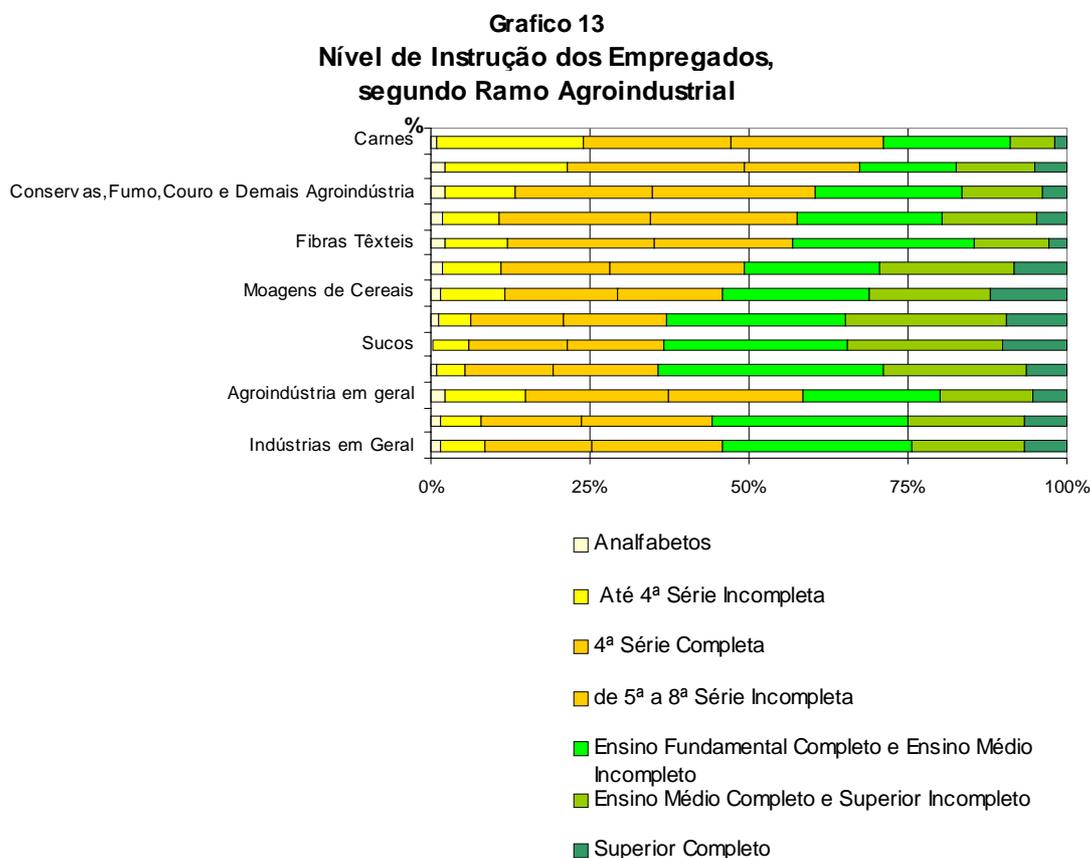
Educação e Requisitos do Trabalhador Agroindustrial

De modo geral, o trabalhador na agroindústria recebe remuneração inferior à média dos segmentos não-agroindustriais. Tomando-se os dados da Paep de 1996, observa-se pelo indicador Remuneração/Pessoal Ocupado que a remuneração anual (salários mais encargos) da agroindústria era menor: R\$ 10.477,00 contra R\$ 12.055,00 dos segmentos não-agroindustriais.

Ao contrário do que se imagina, não se pode deduzir, a partir desses salários mais reduzidos, que a receita ou o valor adicionado da agroindústria é menor que a média da indústria. Ao contrário, quando se analisa a agroindústria, em comparação com os demais segmentos industriais, verifica-se que sua receita por unidade produtiva assim como o valor adicionado por unidade produtiva são superiores. Como tal, a agroindústria apresenta valor adicionado por pessoa ocupada (R\$ 39.299) e receita por pessoa ocupada (R\$ 104.783) superiores aos das demais atividades industriais, respectivamente R\$ 33.270 e R\$ 69.902.

Outra hipótese que poderia ser colocada quanto aos baixos salários da agroindústria diz respeito à qualificação da mão-de-obra. A agroindústria remunera mal porque o seu trabalhador tem nível de escolaridade inferior?

Grosso modo, o nível de instrução dos empregados na agroindústria e nos demais segmentos da indústria é exatamente o mesmo. Entre 46% e 48% dos empregados possuíam mais que o Ensino Fundamental completo e exatamente 88% possuíam o Ensino Médio completo, em ambos os casos. Examinando-se os dados da Rais de 1997 (Gráfico 13), observa-se quadro semelhante: haveria uma participação de aproximadamente 15% dos trabalhadores analfabetos ou até a 4ª série incompleta do Ensino Fundamental. Os segmentos da agroindústria com maior incidência de trabalhadores nessa faixa são o da cana-de-açúcar (23%) e o de carnes (20%).



Fonte: MTE – Rais/97

Com relação aos requisitos para a contratação de pessoal, a agroindústria também não difere dos demais segmentos da indústria. As empresas industriais não exigem, para a maioria de seus postos de trabalho, nível algum de escolaridade do candidato ou, no máximo, apenas o Ensino Fundamental completo. Isso ocorre em 88,5% dos casos na indústria e 86,6% na agroindústria. Vale destacar que 76,2% das agroindústrias de sucos declaram não fazer qualquer exigência quanto ao nível de escolaridade da maior parte dos empregados, e o mesmo ocorre em 63,1% da agroindústria de madeira. No outro extremo, 3,6% das agroindústrias exigem o Ensino Superior completo para a admissão da maior parte de seus funcionários.

Existe alguma exigência quanto ao pessoal possuir curso técnico ou profissionalizante. Na indústria em geral, 22,5% das empresas declararam exigir pessoal com esse perfil para trabalhar em áreas ligadas à produção. Na agroindústria a porcentagem é de apenas 14,9%, o que denota baixa exigência em relação à mão-de-obra contratada. Por outro lado, há relativa incidência de empresas que promovem cursos técnicos, regulares ou apenas treinamento para os seus empregados. No caso da agroindústria, 13,6% das empresas declararam realizar algum tipo de treinamento para os funcionários. Esta porcentagem é um pouco superior aos 11,2% praticados pela indústria em geral. Os principais segmentos são a cana (44,2%), o leite (29,5%) e os óleos vegetais (25,1%).

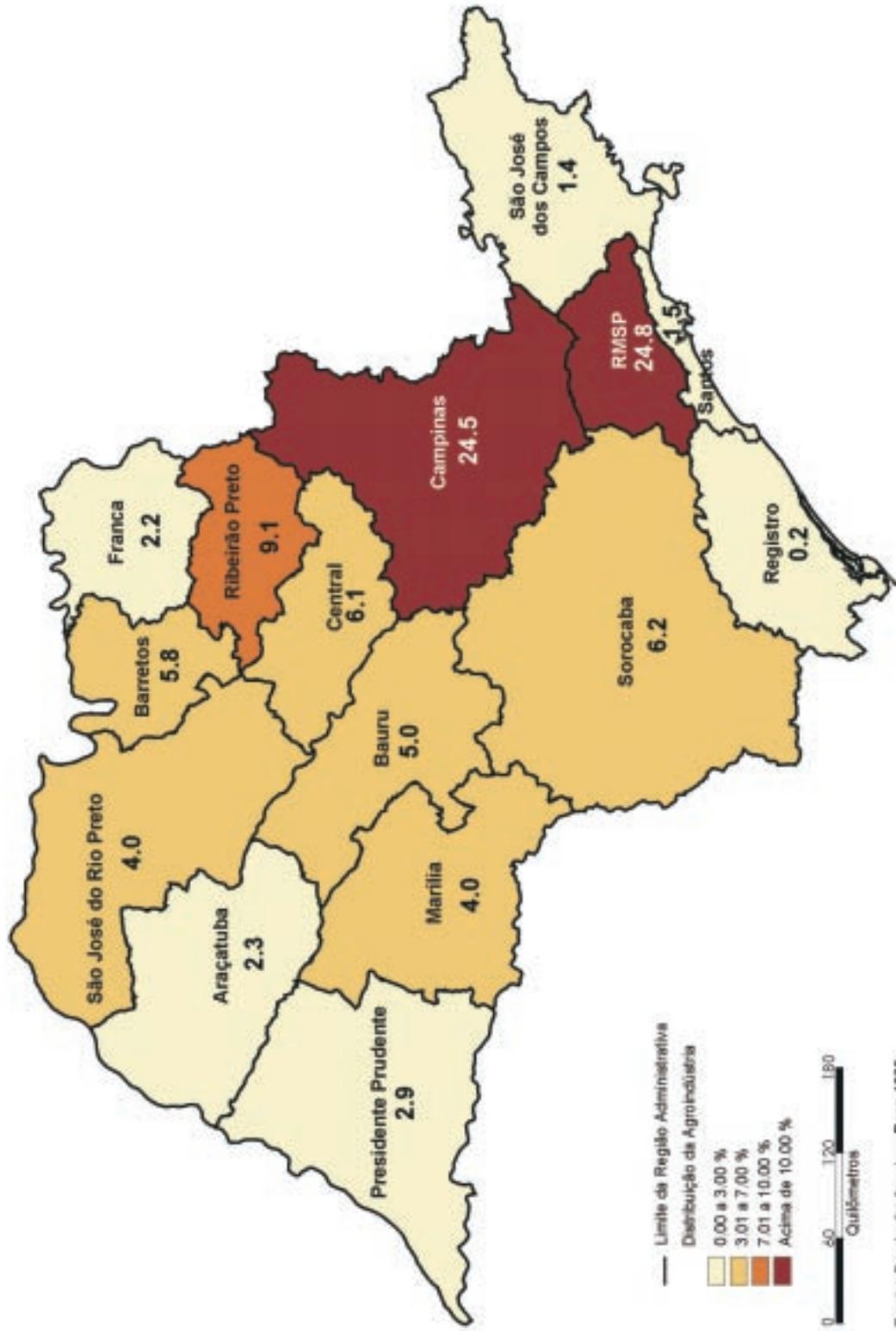
Quando examinamos especificamente o tipo de treinamento oferecido em 1996, aparecem com destaque os cursos na área de qualidade. Do total das empresas industriais que ofereceram treinamento, a porcentagem atinge 63,7% e se situa em 60,0% no caso da agroindústria. Outro destaque são os cursos técnicos, oferecidos por 47,2% das indústrias que treinam e 61,6% das agroindústrias. A alta incidência de treinamento é liderada pelos segmentos do leite (78,1%), dos sucos (87,4%) e da cana-de-açúcar (76,9%), entre os mais importantes. No outro extremo estão os programas de alfabetização de adultos. Como vimos, a agroindústria em geral não exige qualquer nível de escolaridade para a contratação da maioria de seus funcionários. Assim, muito embora haja trabalhadores analfabetos, o incentivo à participação deles em programas de alfabetização é muito baixo. Apenas 2,5% das empresas agroindustriais concedem esse tipo de incentivo, com destaque para a agroindústria da cana. Analisando-se os demais programas educacionais incentivados pelas empresas, como os cursos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, regulares ou supletivos, a participação das empresas também é muito reduzida, atingindo algo em torno de 1% dos casos.

Tendo em vista os números apresentados pela Paep, podemos concluir que a baixa remuneração percebida pelos trabalhadores da agroindústria tem outros motivos, não ligados à escolaridade. Entre os mais prováveis, podemos apontar a localização das plantas industriais, com maior presença em regiões do interior e a relativa fraqueza dos sindicatos de trabalhadores da alimentação ante os demais. Essas indicações demandariam novas pesquisas assim como outros cruzamentos a partir da base de dados da Paep.

Importância Regional da Agroindústria

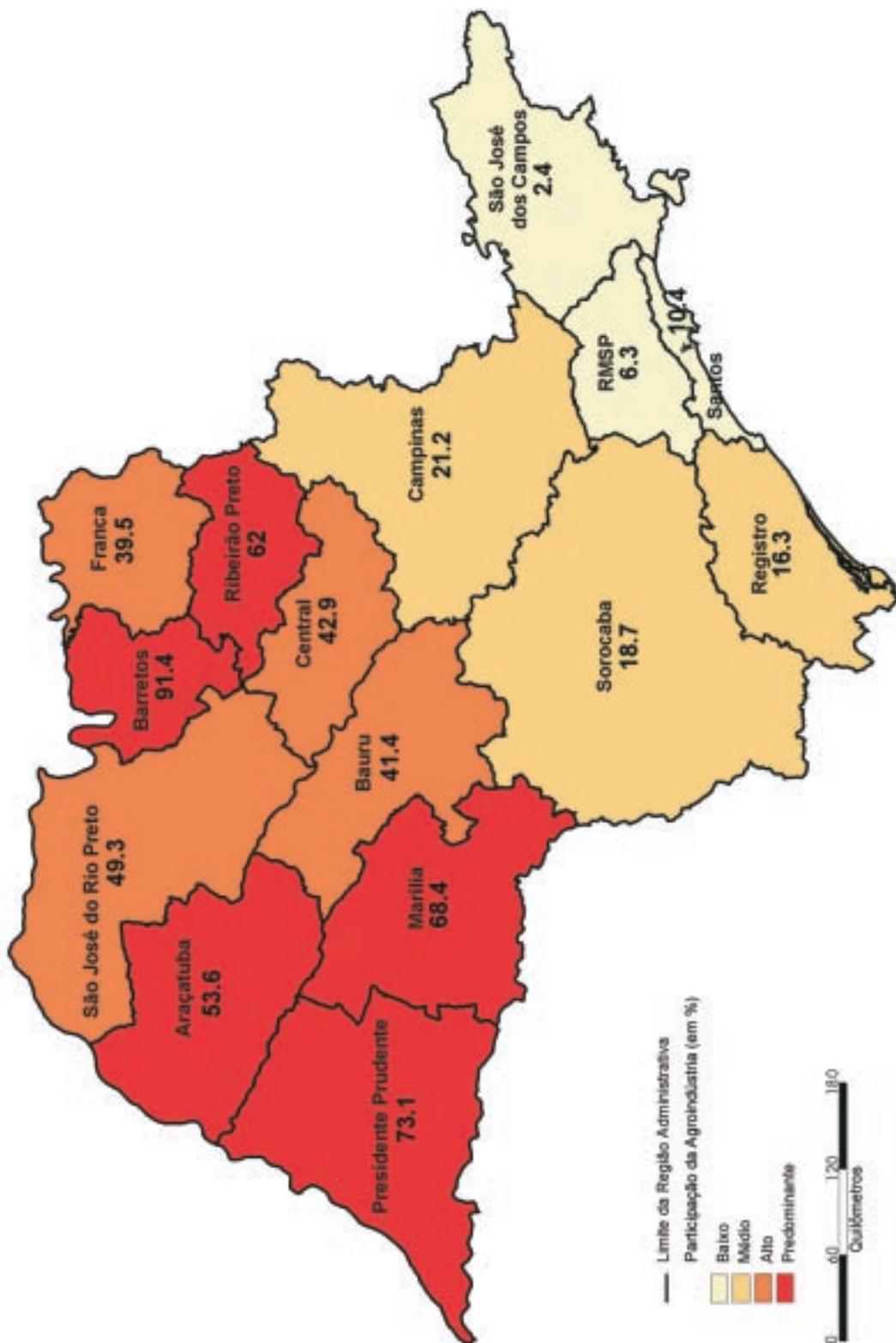
O Mapa 2 apresenta a distribuição da atividade agroindustrial entre as regiões administrativas do Estado e o Mapa 3 a importância relativa da agroindústria em cada uma delas. As informações são de grande interesse, considerando que a atividade agroindustrial é de base agropecuária. Tendo em vista que as matérias-primas provêm principalmente de áreas rurais do interior, é natural que boa parte das instalações industriais se localizem ali.

Mapa 2
Distribuição Regional da Agroindústria
1996



Fonte: Fundação Seade - Paep 1996.

Mapa 3
Participação da Agroindústria na Atividade Industrial
1996



Fonte: Fundação Seade – Pasp 1996.

Neste ponto é possível chegar a importante e, de certa forma, surpreendente conclusão: a principal região agroindustrial do Estado é justamente a Região Metropolitana de São Paulo, que responde por 28,8% das unidades do Estado e 24,8% da receita agroindustrial. Seguem-se as regiões de Campinas e de Ribeirão Preto. As três regiões são responsáveis por cerca de 60% da receita e das unidades agroindustriais do Estado.² Curiosamente, tanto a RMSP quanto Campinas têm baixa participação relativa da agroindústria nas suas atividades industriais. Na RMSP, por exemplo, onde é gerada a maior receita agroindustrial do Estado, essa participação representa apenas 6,3% da receita industrial, enquanto a agroindústria representa apenas 3,7% das ULs.

O que pode parecer a alguns um peso “descabido” da RMSP no segmento agroindustrial deve-se, em grande parte, a mudanças recentes que tendem a valorizar as funções de logística em relação à produção *strictu sensu*. Ou seja, é o reconhecimento de que parte importante da composição das receitas dos ramos agroindustriais deve-se a atividades relacionadas a transporte, distribuição, embalagem, propaganda e marketing realizadas em ULs não necessariamente envolvidas com a produção.

Ainda que se possa questionar o caráter “produtivo” ou não dessas atividades, vale lembrar que elas são grandes geradoras de emprego. É por isso que, ao se observar o peso da RMSP no total do pessoal ocupado, se encontrará uma percentagem similar (23,1%) à obtida pela distribuição de suas receitas (24,8%).

Na Região Administrativa de Sorocaba, observa-se o mesmo quadro: grande diversidade de indústrias com participação relativamente pequena das receitas agroindustriais (18,7%). Ainda assim, Sorocaba tem uma grande contribuição para a receita agroindustrial do Estado: participando com 6,2% do total estadual.

Ribeirão Preto constitui caso único em que a base da indústria é agroindustrial e a região tem grande participação na receita agroindustrial do Estado com um faturamento conjunto das agroindústrias de R\$ 2,1 bilhões, valor que corresponde a praticamente dois terços das receitas industriais da região. Entre as regiões cuja receita industrial é eminentemente agroindustrial, é possível citar ainda as de Barretos, com 14,7% das ULs e 91,4% da receita agroindustrial, Presidente Prudente (30,9% e 73,1%), Marília (21,6% e 68,4%), Araçatuba (18,8% e 53,6%) e São José do Rio Preto (15,2% e 49,3%).

Outro caso exemplar, no extremo oposto, é o da Região Administrativa de Registro. Nesta área do Sul do Estado, conhecida pelos acentuados níveis de pobreza, tanto a participação das unidades da agroindústria como a de sua receita estão próximas de zero em comparação com a massa do Estado. No entanto, do ponto de vista da movimentação industrial, a agroindústria tem peso importante em Registro, reunindo 23,6% das ULs industriais, mas com um faturamento baixo e uma participação na receita industrial da região de apenas 16,3%.

A agroindústria no interior do Estado, de modo geral, está localizada em regiões de alta densidade na produção dos principais produtos agroindustriais. Ou seja, as receitas da agroindústria da cana-de-açúcar, suco de laranja e leite atraem para suas regiões produtoras a maior parte da receita e a maior quantidade de instalações fabris (ver mapas).

Em conclusão, verifica-se que a metade oeste do Estado corresponde a uma grande região para qual as atividades agroindustriais são extremamente significativas e, em grande parte de suas sub-regiões, absolutamente predominantes. Curioso que a maior parte dessa Região Oeste tem contribuição menos significativa para a atividade agroindustrial do Estado. Esta se concentra sim e, pesadamente, no eixo São Paulo/Campinas/Ribeirão Preto, sendo mais significativas as áreas de maior diversificação industrial.

2. Se se considerar a área territorial correspondente à antiga definição da Região Administrativa de Ribeirão Preto, que também englobava as atuais regiões administrativas de Franca, Barretos e Central, tem-se mais de 23% da receita líquida agroindustrial.

Crédito Rural

Os dados da Tabela 8 mostram a expressiva queda do crédito convencional no período 1985-1998. Neste ano, o montante total de crédito para a atividade agrícola representava apenas 29% do valor disponível em 1985, e quase 75% para a pecuária (importante que no período pós-1989 os valores reais cresceram). Apesar disso, o montante total (agrícola e pecuária) disponível em 1998 era próximo ao que foi liberado para o Pronaf-Crédito para todo Brasil.

Tabela 8

Índices do Valor Real dos Financiamentos Rurais Concedidos pelas Instituições Financeiras, segundo as Atividades Agrícola e Pecuária e Finalidade Estado de São Paulo 1985-1998

Finalidade e Atividade	Anos				
	1985	1989	1991	1995	1998
Total					
Agrícola	100	60	48	25	29
Pecuária	100	36	61	50	73
Custeio					
Agrícola	100	61	56	24	28
Pecuária	100	29	60	45	73
Investimento					
Agrícola	100	60	22	26	19
Pecuária	100	37	68	38	67
Comercialização					
Agrícola	100	49	15	34	45
Pecuária	100	218	16	297	160

Fonte: Banco Central do Brasil/Departamento de Crédito Rural; Fundação Seade.

Nota: Antes do cálculo dos índices, os valores nominais foram corrigidos para valores reais através do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

A tendência histórica de queda do montante de crédito rural para a atividade agropecuária, associada à obtenção de safras agrícolas recordes nos anos 90, evidencia que a modalidade de crédito formal vem perdendo espaço como fonte prioritária de financiamento dos agricultores. Também é preciso ressaltar que, mesmo com a disponibilidade de recursos por parte dos órgãos financiadores, é muito comum a não efetivação dos contratos porque os agricultores não conseguem cumprir as exigências burocráticas dos bancos e/ou os juros estão extremamente elevados. Em 1998, do montante total de crédito rural no Estado de São Paulo, 83,6% foi para a atividade agrícola e apenas 16,4% para a pecuária. A finalidade com maior participação relativa foi o custeio.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf

O principal programa federal de crédito rural destinado a atender os agricultores familiares brasileiros é o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que apresenta quatro linhas de ação:

- negociação de políticas públicas com órgãos setoriais para adequá-las à realidade da agricultura familiar em cada Estado brasileiro;
- capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, em geral associadas com as entidades estaduais de assistência técnica;
- financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios selecionados pelo programa;
- financiamento da produção agropecuária dos agricultores familiares, como alternativa ao sistema tradicional de crédito rural.

O financiamento da infra-estrutura e serviços nos municípios, através do Pronaf-Infra-Estrutura, objetiva a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação da infra-estrutura necessária ao bom desempenho dos agricultores familiares, de forma a dinamizar o setor produtivo e assegurar o desenvolvimento rural sustentado.

Para que o município seja contemplado com o Pronaf-Infra-Estrutura, é necessária a formação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que é responsável pela elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). Também há necessidade de contrapartida do próprio município e Estado, a qual varia de 20% a 40% do montante total dos projetos. Segundo especialistas, os principais problemas desses Planos Municipais são a baixa qualidade técnica dos projetos apresentados e o baixo envolvimento dos interessados (no caso, o público-alvo, que são os agricultores familiares e suas representações).

Até 1999, apenas 48 municípios paulistas foram selecionados como beneficiários do Pronaf-Infra-Estrutura. O montante de recursos previstos e liberados no período 1997-2000 totalizam (ou devem totalizar, se forem efetivamente liberados) R\$ 6.652.918,00. A maior participação relativa de um único município chegou a 4,5% do total liberado (algo próximo a R\$ 300.000,00).

Já o Pronaf-Crédito foi iniciado efetivamente em 1995. Na sua curta existência, tem passado por alterações visando a atender de forma diferenciada e mais eficiente os diversos segmentos

Tabela 9

**Valor dos Financiamentos Rurais Concedidos pelas Instituições Financeiras,
segundo as Atividades Agrícola e Pecuária e Finalidade
Estado de São Paulo
1998**

Finalidade e Atividade	Valor dos Financiamentos	
	Valor	%
Total	1.557.407	100,0
Agrícola	1.294.880	83,1
Pecuária	262.526	16,9
Custeio	1.165.441	74,8
Agrícola	974.746	62,6
Pecuária	190.696	12,2
Investimento	138.457	8,9
Agrícola	81.216	5,2
Pecuária	57.242	3,7
Comercialização	253.508	16,3
Agrícola	238.919	15,3
Pecuária	14.589	0,9

Fonte: Banco Central do Brasil/Departamento de Crédito Rural; Fundação Seade.

socioeconômicos existentes na agricultura familiar. São exemplos das mudanças a criação do Pronafinho, com limite de crédito menor; do Pronaf para pesca, aquicultura e extrativismo; do Pronaf destinado à formação de pequenas agroindústrias; e do Agregar, programa visando à agregação de valor aos produtos agropecuários dentro das propriedades rurais.

Dentro do Pronaf-Crédito, o montante destinado ao crédito de custeio tem limite de R\$ 5.000,00 por produtor e o destinado ao crédito de investimento tem limite de R\$ 15.000,00 por produtor individual ou R\$ 75.000,00 para o crédito coletivo (via cooperativa de agricultores, por exemplo). Para superar as dificuldades decorrentes da burocracia operacional do Banco do Brasil, principal agente financeiro do Pronaf, foi instituído, em 1997, o Pronaf Rotativo ou Rural Rápido, que obedece às condições gerais do crédito de custeio, mas funciona, na prática, como um limite de cheque especial, o que evita várias documentações adicionais para os agricultores.

A participação de São Paulo no total do crédito disponibilizado via Pronaf para os agricultores familiares tem sido muito baixa. No período 1996-98, menos de 2% dos contratos e valores contratados para as finalidades de custeio e investimento foram liberados para a agricultura familiar no Estado. O crescimento do Pronaf no Brasil não tem se refletido em mais benefícios para os agricultores paulistas.

Em 1998, no total do Estado foram realizados 7.298 contratos, num valor de R\$ 27.925,65. A concentração dos recursos está nas regiões dos municípios de Araçatuba, Assis, Barretos, Dracena, General Salgado, Itapetininga, Itapeva, Jales, Ourinhos, Presidente Prudente, São João da Boa Vista e São José do Rio Preto.

Tabela 10
Pronaf-Crédito
Estado de São Paulo e Brasil
1996-98

Regiões	Finalidade	1996		1997		1998	
		Contratos	Valor (1)	Contratos	Valor (1)	Contratos	Valor (1)
	Total	4.248	29.872	6.715	29.612	7.298	27.926
São Paulo	Custeio	3.849	27.288	6.077	23.279	7.192	26.808
	Investimento	399	2.585	638	6.334	106	1.117
	Total	353.508	691.056	496.550	1.637.440	709.854	1.814.973
Brasil	Custeio	329.046	576.328	394.856	900.475	593.353	1.186.161
	Investimento	24.462	114.728	101.694	736.965	116.501	628.812

Fonte: Banco Central/Recor; BNDES; Banco do Brasil; Banco do Nordeste.

(1) Em mil reais.

Instrumentos de Financiamento Via Mercado

Com o esgotamento do modelo de financiamento rural tradicional, os agentes passaram a fazer uso de formas alternativas de capitalização e desenvolvimento. No início dos anos 90, surgiu uma série de novos instrumentos de caráter privado que podem permitir certa proteção de preços aos compradores e liquidez antecipada aos produtores.

Esses instrumentos tinham como base os velhos esquemas de “compra antecipada” por parte das indústrias e *traders*, mas incorporavam garantias e formas de remuneração mais adequadas ao quadro de hiperinflação vivido pela economia brasileira naquele período. Do lado privado, intensificou-se o sistema de “soja verde” amparado em recursos repassados pelas agroindústrias que, por sua vez, eram captados no mercado internacional e colados à variação dos preços das *commodities* negociadas, considerando o seu preço em dólares. Pelo lado das

políticas públicas, surgiram sistemas de compra antecipada, sem resíduos, estabelecidos pelos Estados como Paraná, Minas Gerais e outros, tendo como base a equivalência-produto.

Todos esses sistemas convergiam para um sistema de mercado a termo com a liquidação física das mercadorias. O passo seguinte foi dado pela criação, no Estado de São Paulo, do Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CM-G), título específico e negociado em Bolsa de Mercadorias que permitia a construção de um mercado permanente para *commodities* agrícolas. Nesse sentido, o esforço conjunto de corretoras, bancos oficiais e Bolsa de Mercadorias visou à criação de uma *clearing house* (a Central de Registros S.A.), com o objetivo de desenhar contratos padronizados e criar uma classificação de mercadorias aceita de forma universal.

Assim como o CM-G, mais tarde foi idealizado pelo Banco do Brasil um título com o mesmo perfil, mas com características mais completas, a “Cédula de Produto Rural” – CPR, que passou a ocupar, em parte, o espaço deixado pelas formas tradicionais de crédito rural. No entanto, o financiamento das atividades agropecuárias através da CPR esbarra em diversos problemas que impedem o seu melhor desempenho. A principal restrição à adoção desses títulos pelo mercado refere-se à liquidação financeira dos ativos transacionados, o que afasta naturalmente os investidores tradicionais desse tipo de papel.

Com relação aos contratos agropecuários negociados via Bolsa de Mercadorias e Futuros, não obstante apresentem enorme movimentação, têm importância relativa como instrumento de financiamento para o setor, servindo tão-somente como mecanismo de garantia de preços. A utilização dos dados divulgados pela BM&F como indicadores do volume de transações na agropecuária carrega em si uma distorção, já que se referem a operações subsequentes de compra e venda de produtos agropecuários, não guardando relação com as necessidades de financiamento da agricultura e da pecuária. Outra questão é o desconhecimento da participação dos produtores paulistas em relação ao volume negociado e visto que a BM&F opera em escala nacional, seria temerário extrapolar os seus dados de movimentação para São Paulo.

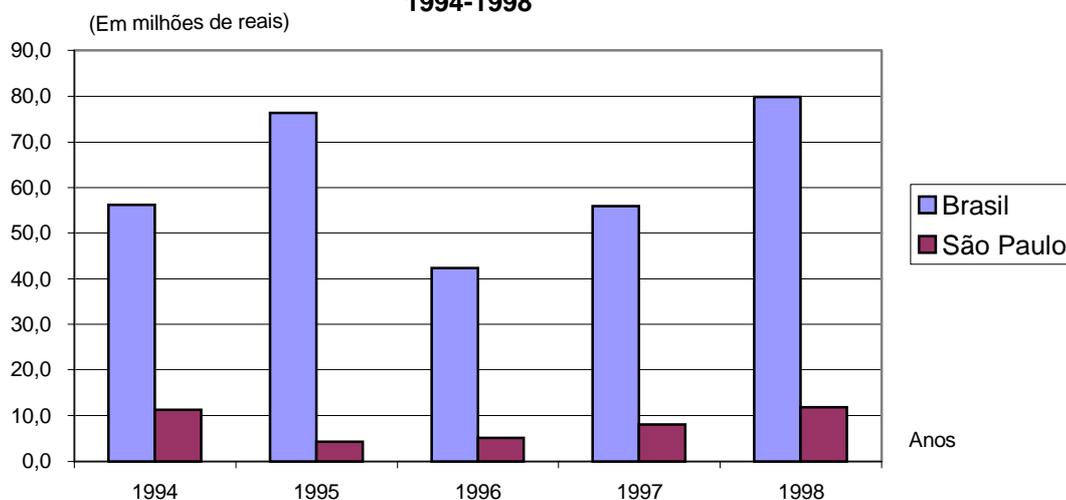
A melhor forma de avaliar a importância desses mecanismos alternativos para o Estado de São Paulo seria analisar a participação paulista no volume de crédito concedido pela via das CPRs avalizadas pelo Banco do Brasil. Observa-se pelo Gráfico 14 que esse volume é crescente e representa algo em torno de 12% do montante total negociado no Brasil. No entanto, ao compararmos o volume total de crédito atribuído às CPRs avalizadas pelo Banco do Brasil, verifica-se que ele representa menos de 1% sobre o volume total de crédito rural que é concedido no país.

Por outro lado, de acordo com as regras da CPR, ela pode ser comercializada fora dos leilões do Banco do Brasil. Estima-se que uma quantidade significativa, em torno de 95% do total dos títulos emitidos, não seja avalizada pelo banco, podendo ser negociada diretamente em Bolsas ou de forma privada. Segundo cálculos de mercado, o montante negociado em âmbito nacional representaria uma movimentação anual de R\$ 4 bilhões, não podendo todavia ser absorvida atualmente pelo Banco do Brasil, dados os custos de aval muito elevados.

Mais especificamente, observa-se pela Tabela 11 que a utilização da CPR tem baixo alcance no Estado de São Paulo, devido ao pequeno número de produtos agropecuários envolvidos e o reduzido número de agricultores participantes, considerando que nos cinco anos analisados foram firmados apenas 336 contratos.

Esses instrumentos de crédito alternativo negociado através de bolsas estão sendo aprimorados. Muito em breve, esses títulos deverão permitir a liquidação física e financeira dos contratos. Isso deverá ser possível por meio de uma presença maior de agentes processadores nas negociações. Há pouco tempo foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional a abertura da

Gráfico 14
Valores Contratados de CPR ⁽¹⁾
Brasil e São Paulo
1994-1998



Fonte: Banco do Brasil.

(1) Refere-se apenas aos contratos avalizados pelo Banco do Brasil.

Tabela 11
Número de Contratos de CPR ⁽¹⁾ e Valores Contratados, segundo Produtos
Estado de São Paulo
1994-1998

Produtos	1994		1995		1996		1997		1998		Total	
	Nº	Valor ⁽²⁾	Nº	Valor ⁽²⁾	Nº	Valor ⁽²⁾	Nº	Valor ⁽²⁾	Nº	Valor ⁽²⁾	Nº	Valor ⁽²⁾
Total	4	11,24	29	4,27	40	4,98	108	8,01	155	11,82	336	40,32
Algodão	-	-	-	-	-	-	2	0,13	1	3,46	3	3,59
Boi	-	-	-	-	-	-	2	0,21	1	0,13	3	0,34
Café	-	-	15	1,46	36	2,70	100	7,33	151	8,18	302	19,67
Açúcar	2	10,43	-	-	-	-	-	-	-	-	2	10,43
Suco de Laranja	-	-	1	1,25	-	-	-	-	-	-	1	1,25
Milho	-	-	3	0,44	-	-	-	-	-	-	3	0,44
Soja	2	0,81	10	1,13	4	2,28	4	0,34	2	0,05	22	4,61

Fonte: Banco do Brasil.

(1) Refere-se apenas aos contratos avalizados pelo Banco do Brasil.

(2) Em milhões de reais. Valores corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (preços médios de 1998).

BM&F para o capital estrangeiro e já no mês de novembro de 1999 iniciaram-se as negociações com os contratos adaptados. Com isso, deverá mudar o perfil dos investidores. Haverá também ampliação na classificação das mercadorias e maior transparência das operações.

Reforma Agrária

Na Tabela 12 aparecem os assentamentos e famílias assentadas no período 1981-98, segundo o órgão responsável pelo assentamento (Incrá, Itesp e/ou parcerias). Pode-se notar clara concentração dos assentamentos nos períodos de 1984-87 e 1994-97. Nos dois períodos foram realizados 4.369 assentamentos definitivos, ou 74% do total de 5.895 assentamentos do Estado

de São Paulo. Entre 1984 e 1987 foram implantados 2.089 assentamentos (35% do total no período 1981-98) e entre 1994 e 1997 foram implantados 2.280 assentamentos (39% do total).

Um detalhe que chama a atenção é a diferença no grau de integração entre os órgãos executores da reforma agrária nos dois momentos citados. No primeiro (1984-87), os assentamentos ou eram do Itesp somente ou eram do Incra com assistência técnica do Itesp. Já no segundo momento, a quase totalidade dos assentamentos foi implantada através de parcerias mais efetivas entre o Itesp (órgão estadual) e o Incra (órgão federal), o que permitiu melhor uso dos recursos e assistência mais adequada aos assentados. Vale destacar que, no segundo período, a maioria dos assentamentos foi feita no Pontal do Paranapanema, até então a principal região de conflitos agrários no Estado de São Paulo.

A participação dos assentamentos na produção agropecuária estadual é relativamente importante, dado que as participações da área total cultivada dos assentamentos e também dos agricultores assentados no número total de produtores do Estado não são muito elevadas. Houve crescimento da participação no período 1995-97, entre 0,5% e 3,0% para as culturas de algodão, milho, mandioca, feijão e olerícolas, além da produção de leite.

A maior produção dos assentamentos está voltada para “produtos básicos” (milho, mandioca, feijão), mas merece destaque o cultivo de olerícolas, numa tentativa importante de buscar novos mercados para produtos agrícolas diferenciados e com isso consolidar alternativas de renda para os agricultores assentados. Isso porque, a tendência de queda dos preços das *commodities* agrícolas torna cada vez mais difícil a sobrevivência econômica de pequenos agricultores que se dediquem, com exclusividade, a estes produtos.

Os dados da Tabela 13 reforçam o argumento acima, isto é, a necessidade de busca, por parte dos assentamentos rurais, de novas atividades agropecuárias, mais intensivas do que a tradicional produção de milho, mandioca, algodão e feijão. A área média agricultável nos assentamentos do Estado de São Paulo tem sido igual ou inferior a 20 hectares. Mesmo a área média total por família nos assentamentos está muito abaixo da área média dos estabelecimentos agropecuários no Estado de São Paulo, que era de 80 hectares em 1995.

Comércio Exterior

Uma primeira observação importante é que no período pós-1994 houve completa inversão no saldo da balança comercial no Brasil e no Estado de São Paulo, que possui as maiores participações nos valores exportados (35% a 40%) e importados (ao redor de 45%) pela economia brasileira. De uma balança comercial fortemente superavitária (ao redor de 4 bilhões de dólares, em 1989), passou-se a uma situação de grande desequilíbrio (quase 10 bilhões de dólares de déficit em 1998) no Estado.

Outra observação importante é que atualmente o Brasil e também o Estado de São Paulo só têm superávit comercial com a Aladi (e dentro dela com o Mercosul), dentre os grandes blocos econômicos. Com o restante, só há déficit na balança comercial. O interessante é que, mesmo no Mercosul, onde o balanço é positivo, os produtos agrícolas apresentam fortes restrições e têm saldo comercial negativo. No entanto, no conjunto dos agronegócios, a economia paulista é superavitária devido ao comportamento positivo da agroindústria.

A Tabela 14 mostra a importância dos produtos agropecuários processados pela agroindústria na pauta de exportações do Estado de São Paulo. Os produtos selecionados – que figuram na lista dos 50 mais importantes na pauta de exportações – responderam por quase um quarto do valor exportado em 1998, englobando os principais complexos agroindustriais paulistas (cana-

Tabela 12
Assentamentos Definitivos Implantados e Total de Famílias Assentadas,
segundo Órgão Executor
Estado de São Paulo
1981-98

Anos	Itesp		Itesp – Convênio Incra		Incra com Assistência Técnica do Itesp (1)		Total	
	Número de Famílias	Número de Assentamentos	Número de Famílias	Número de Assentamentos	Número de Famílias	Número de Assentamentos	Número de Famílias	Número de Assentamentos
1981	-	-	-	-	342	1	342	1
1982	-	-	-	-	-	-	-	-
1983	-	-	-	-	-	-	-	-
1984	770	7	-	-	-	-	770	7
1985	244	5	-	-	-	-	244	5
1986	197	3	-	-	48	1	245	4
1987	18	1	-	-	812	5	830	6
1988	-	-	-	-	231	3	231	3
1989	-	-	-	-	176	1	176	1
1990	51	1	-	-	92	1	143	2
1991	121	3	-	-	-	-	121	3
1992	138	2	-	-	176	1	314	3
1993	-	-	-	-	151	1	151	1
1994	231	2	-	-	-	0	231	2
1995 (1)	31	1	353	6	97	1	568	9
1996	-	-	830	14	-	-	830	14
1997	119	2	532	9	-	-	651	11
1998 (2)	-	-	48	1	-	-	48	1

Fonte: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania/Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – Itesp.

(1) Somente do Incra há um assentamento, instalado em 1995, com 87 famílias assentadas.

(2) Dados até o mês de março.

de-açúcar, laranja, café, soja, carnes, papel e celulose). Como consequência, as principais empresas desses complexos aparecem entre as maiores exportadoras do Estado (e mesmo do Brasil, já que São Paulo responde por boa parte da produção nacional de tais produtos). O bom comportamento do agribusiness tem contribuído para que os déficits na balança comercial brasileira e paulista não sejam piores.

A Tabela 15 mostra o destino da produção agroindustrial paulista, se para o mercado interno ou externo. As exportações das agroindústrias paulistas (16,1% das vendas totais) estão acima da média das demais indústrias. O ramo agroindustrial que apresenta a maior parte de suas vendas destinadas ao mercado externo é o de sucos (94,5%), com o significativo peso do suco concentrado de laranja. A seguir aparece o ramo de óleo vegetal, no qual 32,1% das vendas são realizadas no exterior.

Os ramos agroindustriais de conservas, fumo, couros, café, cana-de-açúcar e carnes também possuem no mercado externo importante fonte de divisas. Como contrapartida, vale destacar a enorme importância do mercado interno brasileiro como consumidor dos produtos derivados da agroindústria. A elevação do poder aquisitivo dos trabalhadores brasileiros e melhor distribuição de renda para a população podem ser forte estímulo para o aumento das vendas das agroindústrias paulistas.

Tabela 13
Assentamentos Definitivos Implantados
Estado de São Paulo
1981-98

Anos	Nº de Famílias	Nº de Assentamentos	Área Total (em ha)	Área Total Média por Família (em ha)	Área Agricultável (em ha)	Área Agricultável Média por Família (em ha)
1981	342	1	9.845	29	7.088	21
1982	-	-	-	-	-	-
1983	-	-	-	-	-	-
1984	770	7	17.825	23	13.708	18
1985	244	5	3.341	14	2.848	12
1986	245	4	5.104	21	4.285	17
1987	830	6	21.780	26	15.913	19
1988	231	3	6.792	29	4.903	21
1989	176	1	3.455	20	2.664	15
1990	143	2	3.009	21	2.464	17
1991	121	3	2.245	19	1.857	15
1992	314	3	5.038	16	3.858	12
1993	151	1	1.769	12	1.368	9
1994	231	2	5.934	26	4.272	18
1995	568	9	13.687	24	11.554	20
1996	830	14	22.324	27	17.793	21
1997	651	11	13.630	21	10.586	16
1998	48	1	1.134	24	862	18

Fonte: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – Itesp.

(1) Foram assentadas provisoriamente 78 famílias em duas áreas, somando um total de 2.095 ha, com uma área agricultável de 1.539,25 ha. (2) Foram assentadas provisoriamente 388 famílias em sete áreas, somando um total de 9.101 ha e com uma área agricultável de 6.644,30 ha. (3) Foram assentadas emergencialmente 200 famílias em quatro áreas, somando um total de 2.132,9 ha, com uma área agricultável de 1.764,36 ha. (4) Foram assentadas 47 famílias em um assentamento, em fase de implantação, somando um total de 383 ha, sendo a área agricultável de 329 ha. (5) Dados até o mês de março.

Tabela 14
Valor das Exportações, segundo Principais Produtos da Agroindústria
Estado de São Paulo
1994-1998

Principais Produtos Exportados	1994		1997		1998		Variação 98/97 (%) 1994-98
	Valor (1)	%	Valor (1)	%	Valor (1)	%	
Total	14.736	100,0	18.092	100,0	18.220	100,0	23,6
Subtotal da Agroindústria	3.257	22,1	3.960	21,9	4.057	22,3	24,6
Suco de Laranja	950	6,4	977	5,4	1.234	6,8	29,9
Açúcar de Cana e Beterraba	597	4,1	1.002	5,5	1.212	6,7	103,1
Papel e Celulose	536	3,6	591	3,3	508	2,8	-5,3
Carne Bovina em Conserva e Congelada	166	1,1	245	1,4	311	1,7	87,4
Café	572	3,9	506	2,8	304	1,7	-46,8
Soja em Grão e Farelos	267	1,8	379	2,1	299	1,6	11,9
Cigarros de Fumo	123	0,8	155	0,9	97	0,5	-21,0
Couros e Peles	46	0,3	105	0,6	92	0,5	99,6

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior – Secex.

(1) Em US\$ milhões FOB.

Tabela 15
Destino das Vendas, segundo os Ramos Agroindustriais
Estado de São Paulo
1996

Ramos Agroindustriais	Em porcentagem	
	Mercado Interno	Mercado Externo
Indústria em Geral	89,5	10,5
Demais Indústrias	90,4	9,6
Agroindústria em Geral	83,9	16,1
Sucos	5,5	94,5
Óleo Vegetal	67,9	32,1
Conservas, Fumo, Couros e Demais	84,8	15,2
Café	86,2	13,8
Cana-de-Açúcar	87,7	12,3
Carnes	89,5	10,5
Moagens de Cereais	91,8	8,2
Madeira e Celulose	92,8	7,2
Fibras Textéis	94,1	5,9
Leite	98,2	1,8

Fonte: Fundação Seade - Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP).

Considerações Finais

Conforme salientado no início, este caderno procurou traçar um panorama geral sobre alguns itens importantes dentro dos grandes temas da área de Agricultura e Agronegócios, os quais permitiram compor uma imagem panorâmica da situação da agropecuária e da agroindústria no Estado de São Paulo.

As principais questões que o relatório pretende levantar e que estão contidas na questão principal – qual estrutura agrícola e agrária se deseja para o Estado de São Paulo no próximo século?, são as seguintes:

– Em função das profundas mudanças tecnológicas e da crise de várias atividades agropecuárias, como traçar políticas que permitam o crescimento do emprego na agricultura paulista para as pessoas residentes tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas?

– Sabendo-se que atualmente mais de 50% da população economicamente ativa ocupada e com residência rural trabalha fora da agricultura, como desenhar políticas que permitam adequada regulação para um meio rural que é cada vez menos agrícola, ou seja, onde cresce significativamente o emprego não-agrícola?

– Como ampliar o acesso de pequenos e médios produtores aos novos mecanismos de financiamento rural, dado que o crédito convencional vem perdendo espaço desde o final dos anos 80?

– Como proceder a uma reconversão produtiva das áreas dos agricultores excluídos da atividade agropecuária (cana-de-açúcar, laranja, leite) incentivando atividades que permitam o crescimento socioeconômico e ambiental sustentável?

– Como alterar o quadro de grande concentração regional da área cultivada, da produção, do emprego e do Valor Bruto da Produção?

– Qual o futuro do papel histórico da agroindústria no processo de industrialização do interior, principalmente das regiões de base agrícola? E como garantir a competitividade dos agronegócios, dado seu peso na economia paulista em termos de geração de empregos e de divisas internacionais?

Obviamente, estas não são as únicas questões a tratar. E também não se pretende que sejam as mais importantes. Simplesmente são pontos relevantes que a Fundação Seade coloca para o Fórum São Paulo Século XXI, cujos trabalhos prosseguirão até o final do ano 2000. No decorrer dos trabalhos futuros, novos temas e demandas surgirão para ser aprofundados em momento oportuno, a partir da contribuição inicial aqui consubstanciada.